

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MAYARA SOUSA SOUTO

**O EMBRANQUECIMENTO DO BRASIL SEGUNDO JOSÉ MARTINIANO DE
ALENCAR: análise das obras *O guarani* e *As minas de prata***

**Jaguarão
2022**

MAYARA SOUSA SOUTO

**O EMBRANQUECIMENTO DO BRASIL SEGUNDO JOSÉ MARTINIANO DE
ALENCAR:** análise das obras *O guarani* e *As minas de prata*

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Renata Dal Sasso Freitas

JAGUARÃO

2022

MAYARA SOUSA SOUTO

A FUNDAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em __/__/__

Banca examinadora:

Prof.^ª Dr.^ª Renata Dal Sasso Freitas - Orientadora (UNIPAMPA)

Prof.^ª Dr.^ª Geice Peres Nunes (UNIPAMPA)

Prof.^ª Dr.^ª Giane Vargas Escobar (UNIPAMPA)

JAGUARÃO
2022

Dedico esse trabalho à minha vó Totonha que não teve a oportunidade de estudar e por todos aqueles que defendem a educação brasileira pública, gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTO

Eu agradeço à Mayara de 2016, que decidiu deixar tudo em São Paulo para viver numa cidade fronteiriça do Rio Grande do Sul. Mesmo temendo o frio, se cobriu de coragem para chegar ao ensino superior numa universidade pública, o que por enquanto, é o mais longe que um membro da família Rufino de Sousa/Souza chegou. Agradeço a minha avó, dona Totonha, por sempre “persistir e nunca desistir”, a minha mãe dona Claldete, que passou por muitos problemas por ser mãe solo e doméstica, mas que sempre lutou e acreditou em mim. Ao meu pai, Antônio (*in memorian*) por ter me incentivado a estudar e ao meu coisa linda Adailson Rafael, meu irmão mais novo, que aguentou todos esses anos de distância e continua me dando muito orgulho.

Agradeço a cada momento vivido na Unipampa, principalmente ao movimento estudantil, que deixará muita saudade na minha vida e aos laboratórios que fiz parte durante esses anos. Agradeço à minha orientadora que mesmo quando entreguei uma prova quase em branco e aos prantos acreditou em mim e me auxiliou nesses anos. Tu transformou esse momento mais leve, Renata. Agradeço a todos os professores que fizeram parte dessa caminhada, desde o ensino fundamental, no extremo leste de São Paulo, até os que me ensinaram no extremo sul do Rio Grande do Sul, em especial a prof^a Giane pelo apoio nos projetos, a prof^a Cássia pelos empurrões para a vida acadêmica e a prof^a Letícia pelas aulas pessimistas e os encontros na luta, e espero que esses momentos tempestuosos que está passando com a instituição sejam resolvidos #ficaprofaleticia.

Agradeço a minha família de sangue e minha família arroio-grandense: Carla, Ismael e Tasso, pelo apoio e suporte principalmente durante a pandemia e por terem me acolhido num momento muito difícil da graduação e da minha vida. Agradeço aos colegas e amigos que fiz nesses seis anos de graduação e aos que ficaram em São Paulo. Agradeço ao Victor por ter acreditado mais em mim do que eu mesma, por ter me ajudado a persistir e por esses anos de relacionamento que sobrevive à graduação, ao nosso cachorro lindo Merlin que me auxiliou muito me tirando da cama quando não queria sair. E um agradecimento especial ao gato da casa, Goku, que passou dias ao meu lado dormindo enquanto escrevia esse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos que chegaram antes e às lutas que travaram pelo Restaurante Universitário, pelas cotas de que me beneficieei (econômica e escola pública) e ao programa que está cada vez mais precário, mas sem ele não teria chegado onde cheguei, o PNAES. Também agradeço às minhas psicóloga e psiquiatra por terem me auxiliado nesta etapa final.

O conhecimento talvez não seja a melhor coisa do mundo, já não sei se quero tanto assim. Lembrei que quando eu aprendi a ler entrei em desespero, porque descobri que não era mais possível olhar as palavras sem ler. Tentei muitas vezes, queria de volta os desenhos-letras jogados pelas ruas. Letreiros e placas e avisos, foi uma lição sem volta. Tudo o que as palavras dissessem me tornei obrigada a ouvir. Fico pensando quantas coisas não vou poder nunca mais deixar de saber. (n.p.)

CARRARA, Mariana Salomão. Se deus me chamar não vou. São Paulo: Editora Nós, 2019.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar dois romances do escritor, jornalista e político cearense José de Alencar (1829-1877), *O Guarani* (1857) e *As minas de prata* (1865-1866) e sua relação com a construção do pensamento em torno da questão racial no Brasil, a partir do conceito de branquitude. Seguindo as proposições do historiador Roger Chartier, que enfatiza a importância de se estudar os aspectos culturais como forma de compreender como uma determinada sociedade e temporalidade representa a si, utilizamos os romances como fonte histórica. Compreendemos que sua circulação no oitocentos, bem como seu *status* no cânone literário nacional auxiliaram a configurar um projeto nacional da elite política da época, incluindo a noção de nacionalidade brasileira, casada a papéis de gênero e de raça. Para tanto, analisamos como se deu a construção do discurso racial no Brasil dos oitocentos tanto na escrita literária quanto historiográfica, e também como ele se manifesta nestes romances a partir de alguns personagens. Focando nossa análise nas personagens femininas brancas e mestiças, além dos heróis das histórias: um homem indígena e outro mestiço, nos concentramos no discurso de exaltação da ideia de uma civilização branca brasileira.

Palavras-chave: discurso literário, historiografia, mestiçagem, José de Alencar, branquitude, cânone literário, romance histórico, discurso racial;

ABSTRACT

This work aims to analyze two novels by Brazilian writer, journalist and politician José de Alencar (1829-1877), *O Guarani* (1857) and *As minas de prata* (1862-1866) and their relationship with the construction of the thinking on racial issues in Brazil, from the perspective of the concept of whiteness. Following the propositions of historian Roger Chartier, who emphasizes the importance of studying cultural aspects in order to understand how a determined society and temporality represents itself, we turned to the novels as a historical source. We understand that their circulation in the 1800s, as well as their status in the national literary canon helped configure the national project of the country's political elite, including an idea of Brazilian nationality, conjoined with gender and racial roles. For this purpose, we analyzed how racial discourse in the nineteenth century was constructed in literary as well as historiography writing, and how it manifests itself in these novels through some characters. Focusing our reading on female white and mixed raced characters, as well as the stories' protagonists, an indigenous and a mixed raced man, we concentrated in the build-up of a discourse that exalted the idea of a white Brazilian civilization.

Key-words: literary discourse, historiography, miscegenation, José de Alencar, whiteness, literary canon, historical novel, racial discourse

SUMÁRIO

1 Introdução	1
1.1 Racializando a história do Brasil	1
1.2 A escrita do Brasil racial por José de Alencar	4
1.3 Escrever a história racial brasileira pelos romances	8
2 José de Alencar e a escrita do romance racial brasileiro	12
2.1 A importância da imprensa para o romance	12
2.2 José de Alencar e sua repercussão nos periódicos	14
2.3 A escrita da história no Brasil imperial, um pequeno adendo	17
2.4 A construção do cânone literário nacional e a questão racial	19
3 O grande projeto de Alencar	25
3.1 O projeto das elites em escrever o passado nacional	25
3.2 O Guarani: a devoção de Peri pela branca Cecília	29
3.3 O Guarani: Isabel, a filha de duas raças inimigas	34
3.4 As minas de prata e a pureza do amor de Estacio e Inezita	37
3.5 As minas de prata: Joanhina, a mulatinha que se fechou no convento	40
3.6 As mulheres atemporais e vaidosas	42
4 Considerações finais	47
Referências	50

1 Introdução

— Progresso e Nacionalismo: foram essas as duas grandes idéias que Ele lhes incutiu nas cabeças. Progresso: a teoria de que você pode receber alguma coisa a troco de nada; [...] a teoria de que a Utopia se encontra um passo à frente e, desde que fins ideais justificam os mais abomináveis meios, é seu privilégio e seu dever roubar, defraudar, torturar, escravizar e assassinar todos os que, na sua opinião (que é, por definição, infalível), obstruem a marcha avante rumo ao paraíso terrestre. [...] — Depois houve o Nacionalismo: a teoria de que o estado do qual por acaso você é súdito é o único deus verdadeiro, e de que todos os outros estados são deuses falsos; [...] e de que cada conflito por prestígio, poder ou dinheiro é uma cruzada pelo Bom, pelo Verdadeiro e pelo Belo. HUXLEY, Aldous. O macaco e a essência.

1.1 Racializando a história do Brasil

O debate sobre a neutralidade do discurso é um assunto muito debatido no campo historiográfico, de modo geral. A criação de uma narrativa histórica, segundo Michel de Certeau (1925-1986), parte sempre de uma relação entre, por um lado, o *lugar social* de uma visão pré-estabelecida que a historiadora ou o historiador tem sobre um determinado tempo, temática e cultura, e, por outro, o *procedimento de análise* que leva à seleção de determinada vertente historiográfica para ser utilizada em detrimento de outras (CERTEAU, 1982, p. 65). O *lugar social* de quem escreve este trabalho é o de uma mulher branca da classe trabalhadora que busca interpretar a noção de *raça* na sociedade em que está inserida, com isso, para compreender essa monografia, precisamos apreender a noção do *lugar social* que se estabelece a partir do elemento *racial* da sociedade brasileira e como ela se apresenta durante o século XIX. Para discutir o conceito de *raça*, é importante destacar que as relações de uma sociedade hierarquizada racialmente como a brasileira têm conjunturas e relações diferentes que se modificam a partir do tempo histórico, não sendo uma noção estanque no tempo.

Assim, quando for apresentado o sujeito “branco” não se está referindo somente à cor de pele¹ de uma pessoa específica, mas ao lugar social em que somos colocados a partir de uma classificação racial.

Para entendermos o lugar racial em que cada pessoa é colocada na sociedade, precisamos compreender a noção do *não-dito* sobre o sujeito branco que, em uma sociedade racializada, coloca-se como o *neutro*, mais precisamente como o sujeito universal, o *eu* dentro das diversas formas de discursos que legitimam uma relação racial desigual. Esse sujeito nomeado como *branco* não se manifesta de forma coerente com o tom de pele. Na verdade, é um marcador que se transforma a partir do olhar dos indivíduos sobre o que é ser *branco* ou um *não-branco*². Desde a descoberta das Américas se intensificam os discursos sobre a raça, com foco no sujeito *não-branco* — toda e qualquer pessoa que pertencia a alguma corrente étnica ou a um lugar geográfico que não fosse compreendido como igual pelo ocidente —, pois o que se referisse ao sujeito branco estaria incluso na *História* posta como o discurso universal da humanidade, partindo do pressuposto de que a Ciência como tal é *neutra* e parte de uma *verdade única*³ buscada e entendida de uma mesma forma para todos os povos e culturas. Esses pressupostos começaram a ser questionados paulatinamente durante o século XX, por intelectuais negros, abrindo o debate sobre a “universalidade” de discursos e sobre o lugar social do *sujeito branco* ignorado na narrativa propondo uma história sempre do *outro*. O conceito *Whiteness* aparece a partir dos estudos sobre as relações raciais nos Estados Unidos, estes estudos foram se intensificando e expandindo-se especialmente nos países considerados de “terceiro mundo”, ou como é utilizado atualmente: Sul Global, grupo no qual se inclui o Brasil⁴. Para os estudos brasileiros, *Whiteness* é trabalhado de duas formas como: *branquitude* e *branquidade*⁵.

¹ GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, v. 20, n. 20, p. 265, 30 mar. 2011.

² Podemos compreender aqui a relação racial que por muito tempo foi entendida de um outro escritor, cânone literário brasileiro, Machado de Assis que durante muito tempo foi compreendido como sendo de cor de pele branca, o que se modificou a partir de estudos recentes e atualmente compreendemos que o autor é negro. (NOBRE, 2011)

³ Para compreender melhor sobre o que é uma verdade única da História podemos falar da palestra da escritora nigeriana Chimamanda Adichie sobre o perigo da história única. In: TED; ADICHIE, C. **The danger of a single story YouTube**, 7 out. 2009. Disponível em: <<https://youtu.be/D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 16 jan. 2022

⁴ Os estudos no Brasil sobre branquitude começam a aparecer com mais força de análise a partir do começo do século XXI, mesmo que ainda tenha alguns poucos trabalhos feitos desde a década de 1960 sobre a branquitude no Brasil.

⁵ Segundo Camila Moreira Jesus (2012) o termo *Whiteness* foi traduzido de duas formas no Brasil, sendo “branquitude” e “branquidade”. Quando se começa a estudar o termo no Brasil, a autora coloca que não havia uma diferenciação explícita entre os termos. Mas os termos vão se moldando a partir dos anos 2000, sendo

Por escolha teórica e epistemológica, utilizamos o conceito de *branquitude* em detrimento do termo *branquidade* por entendê-lo como uma síntese que se refere ao lugar social, epistemológico e simbólico do branco, bem como um lugar de questionamento da supremacia branca enquanto expressão da humanidade⁶. Buscando uma modificação social, que além do questionamento, abra espaços para políticas antirracistas.

A *branquitude* manifesta-se “enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu” (SILVA, 2017). Os estudos sobre *branquitude* estão relacionados a várias áreas do conhecimento e suas disciplinas, apresentando uma reflexão importante que se relaciona com os estudos sobre “colonialidade”, pois a classificação de raças faz parte de uma construção civilizatória europeia. Essas noções foram desenvolvidas e difundidas a partir das viagens ultramarinas, momento que se aprimora um discurso de supremacia europeia, e conseqüentemente, *branca*, dentro de um contexto de explorações e violências coloniais em nome da *civilização*. Nos espaços colonizados como o Brasil, ser *branco* seria o *ideal* a ser alcançado e para isso, muitos autores e projetos políticos do século XIX e XX defendem e buscam naturalizar a “miscigenação” como forma de perpetuar uma ideia de que o Brasil se constitui a partir de uma *união harmônica* entre sujeitos diferentes, deixando de ser o africano, afrobrasileiro, *índio*, alemão, francês, português... para formar o brasileiro, a mescla civilizatória desses sujeitos e que traz particularidades importantes de cada um. Essa ideia se intensifica no século XX e chegam ao século XXI como um sistema bem articulado que beneficia sujeitos *brancos* em detrimento dos considerados não-*brancos*⁷.

Dessa forma, essa monografia tem como objetivo discutir dois romances⁸ do escritor e político brasileiro José Martiniano de Alencar (1829-1877), *O guarani* (1857) e *As minas de prata*⁹ (1862-1865), a fim de compreender o papel do autor e dessas obras na construção representativa de uma nação brasileira, relacionados aos debates feitos pelas elites intelectuais

branquidade uma contraposição da “cultura negra” afirmando assim o lugar da supremacia branca. E, que, a branquitude seria o estudo crítico e uma forma de que haja um debate mais abrangente sobre a supremacia branca, questionando assim o sistema desigual.

⁶ LABORNE, A. A. DE P. Branquitude e colonialidade do saber. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 148–161, jun. 2014.

⁷ Para discussões mais aprofundadas sobre o assunto: OSORIO, R. G. A Desigualdade Racial no Brasil nas Três Últimas Décadas. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2021**, p. 1–27, 11 jun. 2021.

⁸ As duas obras foram lançadas primeiro em folhetim para depois serem lançadas em forma de livros, as edições que uso são as primeiras edições dos livros que são datados: *O Guarany – romance brasileiro* (final do mesmo ano) e *As minas de prata* (1865a, 1865b, 1865c, 1866a, 1866b, 1866c)

⁹ Inicialmente esse romance foi lançado como continuação do primeiro romance citado.

dos oitocentos. Seguimos aqui o pressuposto de que o discurso fundador de Alencar não era baseado em um lugar neutro, muito pelo contrário: tanto sua figura como político e escritor, como as relações entre suas personagens *brancas* com as personagens não-*brancas* destacavam a amplitude do discurso baseado na *harmonia* que reverbera na construção de uma nacionalidade unificada defendida por Alencar e seus contemporâneos.

É importante destacar que os escritos de Alencar eram compreendidos e aclamados como romances que descreviam um Brasil e sua história em um determinado período do passado do país. Partindo de um lugar social privilegiado, *branco*, Alencar teve sua entrada no cânone literário de uma forma muito mais fácil do que contemporâneos negros¹⁰ ou mestiços do mesmo período e posterior a ele como são os casos: da romancista abolicionista Maria Firmina dos Reis (1822-1917), do advogado Luís Gama (1830-1882), da poeta Auta de Souza (1876-1901) e do romancista Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e muitos outras/os escritoras/es.

1.2 A escrita do Brasil racial por José de Alencar

A escolha pelos romances de José de Alencar foi feita a partir da sua posição no cânone literário e da sua intenção de descrever a história brasileira a partir de seus escritos. O autor fez parte de uma tendência literária que teve seu princípio na Europa entre o final do XVIII e o começo do XIX, se espalhando pelas ex-colônias, trazendo como fonte geradora a criação e a reafirmação de um nacionalismo que diferenciava cada povo a partir de linhas de fronteiras imaginadas. Um dos nomes mais lembrados e celebrados da literatura brasileira, Alencar, juntamente com seus contemporâneos, apresentava como desafio a configuração de um país, ex-colônia portuguesa, com uma grande mistura de raças e um território com dimensões continentais, através de um discurso que unificasse e trouxesse à tona esse sentimento nacional.

¹⁰ OLIVEIRA, T. **Negros esquecidos: a herança maldita na literatura brasileira**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/negros-esquecidos-a-heranca-maldita-na-literatura-brasileira/>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

Desenvolvidos *a priori* por escritores europeus, ao longo do século XIX, os romances históricos são fundamentais para a criação de um elemento *civilizatório nacional*, além de terem sido de grande importância para a perpetuação de um lugar de *conciliação* dos conflitos sociais¹¹ (LUKÁCS, 2011). Podemos diferenciar os romances históricos de outras formas literárias a partir de elementos históricos, conflitos de classes e da intenção do autor de figurar o passado como parte da narrativa para a criação de uma epopeia nacional. Simplificando, o romance histórico é pertencente de um tempo e um espaço, não podendo ser deslocado para outro contexto, pois a narrativa contempla uma descrição épica de exaltação das características de um povo a partir dos conflitos entre classes (no contexto brasileiro podemos falar também de um forte conflito de raças) que busca sintetizar as virtudes e vícios de um grupo social. Sendo assim, os romances analisados são compreendidos como romances históricos por serem a linguagem do romantismo que descreve o passado de cada nação (MARCO, 1985, p. 130), dando os contornos necessários para instigar o nacionalismo na sociedade brasileira.

O romance ficcional, pela sua facilidade de circulação¹², era uma forma de aproximar os leitores a uma realidade fora do seu contexto social e geográfico, pois, diferentemente dos poemas épicos, as personagens criadas se compunham como “cidadãos comuns”, sem uma ligação com indivíduos específicos, mas que refletiam sentimentos e comportamentos humanos cotidianos, fazendo com que houvesse uma aproximação entre eles e o leitor (GALLAGHER, 2009, p. 646). Uma das funções da narrativa era a de que os leitores pudessem prever situações que muitas vezes as personagens se colocavam por conta de sua ingenuidade, seguindo uma narrativa que se forjava pelos discursos morais do período. Para que houvesse essa aproximação com a ficção, os escritores buscavam que seus leitores entrassem no jogo descritivo (GALLAGHER, 2009, p. 641) ao ponto de compreender que a ficção não se tratava de uma mentira, nem de uma verdade, mas sim de algo que fizesse com

¹¹ Lukács discute em seu texto “Romance histórico” a constituição desse estilo narrativo moderno. O autor desenvolve as discussões sobre as peculiaridades do romance histórico a partir da figura e dos romances de Walter Scott, que em um cenário de efervescências de conflitos na Europa, cria personagens “medianos” que buscam sempre se colocar como “neutros” dentro dos conflitos sociais apresentados.

¹² Além da forma mais comum que conhecemos sendo o livro, no século XIX, os romances circulavam também dentro dos jornais, no espaço chamado de “folhetim”. Sendo uma ótima forma de conhecimento do público sobre a narração.

que os leitores exercessem a imaginação¹³ necessária para compreender a vida social que se moldava, mas também para seu divertimento e prazer.

A ficção tal como a concebemos é uma construção de um mundo moderno, a autora Catherine Gallagher apresenta ao leitor os elementos que favoreceram a difusão da ficção:

“O secularismo, o Iluminismo científico, o empirismo, o capitalismo, o materialismo, a consolidação nacional e a ascensão da burguesia, tudo contribuiu para caracterizar o contexto no qual surge o *novel* e tudo estava relacionado com o que Ian Watt definiu como “realismo formal” (GALLAGHER, 2009, p. 639)

Entretanto, muitos dos conceitos modernos acerca do que chamamos literatura estão baseados em tradições de práticas literárias oriundas da Antiguidade.¹⁴ François Hartog (2000) em seu artigo “*A Fábrica da História: do “acontecimento” à escrita da história as primeiras escolhas gregas*” apresenta uma análise sobre a construção da História pelos antigos, sua ligação com a épica e com a epopeia, além de sua desvinculação com a Musa Clio. A desvinculação da narrativa com a Musa transforma a narrativa histórica, e é a partir da própria epopeia que cria-se o *histôr* sendo a testemunha, “aquele que sabe por ter visto ou sido informado” (2000 p. 13) que mesmo não tendo visto tem sua garantia de autoridade e a veracidade sobre aquilo que foi exposto. Hartog nos apresenta as ideias de Aristóteles sobre a História, na qual é narrado tudo aquilo que aconteceu, a verdade sobre os acontecimentos, ao contrário da poesia¹⁵ trágica, que “fabrica relatos”. Diferentemente do historiador, o poeta dramático representa uma imitação da “realidade que se vive”, utilizando a persuasão. Assim sendo a poesia grega, trata-se de uma forma de trabalhar o crível, com base nos acontecimentos: “o poeta de fato 'representa' ações” (HARTOG, 2000 p. 16).

A imaginação tem um papel importante para a criação da nação e seu discurso unificador que aproxima pessoas com o mesmo sentimento em diferentes situações, contextos sociais e geográficos. Segundo Benedict Anderson, as nações se constituem como

¹³ A imaginação, é uma habilidade muito importante a ser exercitada dentro da modernidade. A autora Catherine Gallagher aponta que a imaginação é importante para: a formação da família moderna, que se baseia em sentimentos e em uma construção familiar que deveria ser feita antes de comprometer as partes; o lucro e os riscos relacionados com o mercado financeiro, em que se necessita prevê os prós e os contras para que se invista em determinado capital; e o mais comum seria o início da circulação do papel-moeda, que deveria corresponder ao Tesouro Nacional.

¹⁴ Durante os setecentos, usar a narrativa ficcional justificava-se na concepção de Aristóteles sobre a diferença da narrativa histórica e poética, assim, os escritores de ficção reivindicavam as personagens, o estatuto de “exemplo” e não de indivíduos.

¹⁵ A epopeia é importante para compreender as modificações sobre a História enquanto ciência, mas também como sendo a predecessora do romance histórico segundo Angela Gutiérrez (2009, p. 9)

“imaginadas” “[...] porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (2008 p. 34). E é dentro da Nação que encontramos o “ser universal” o modelo de “cidadão” que se constitui como ideal nacional, ao mesmo tempo em que se cria um “inimigo” não nomeado, nem descrito, mas que pode ser qualquer um, qualquer outra nação.

O presente trabalho explora essas nuances na obra de um romancista que buscava, como muitos dos seus contemporâneos, propor uma literatura nacional e também contribuir para a escrita de uma História do país, tendo como um discurso de *mestiçagem cultural* que se naturalizou e foi muito perpetuado durante os dois últimos séculos na historiografia brasileira. Entender o projeto de criação de um Brasil a partir da *mestiçagem*, entre raças classificadas como inferiores e superiores, nos permite perceber algumas problemáticas: a suavização dos conflitos entre os invasores e a população local, a romantização e minimização do problema da desumanização da população africana e dos seus descendentes, e, a justificativa desses atos sendo a “civilização” dos povos seguindo uma régua linear feita pelos europeus, em que eles seriam o exemplo a ser seguido. Mais do que somente uma justificativa de civilização, Alencar utilizava da narrativa literária para reafirmar e adequar a história brasileira seguindo as bases propostas por Karl Friedrich Von Martius (1845):

Nunca portanto o historiador da Terra da Santa Cruz há-de perder de vista que a sua tarefa abrange os mais grandiosos elementos; que não lhe compete tão somente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscrito em estreitos limites, mas sim de uma nação cuja crise e mescla atuais pertencem à história universal, que ainda se acha no meio do seu desenvolvimento superior. [...] Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história e um ramo de portugueses. mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para uma raça etiópica e índia. (VON MARTIUS, 1845, p. 454)

Uma história racial brasileira que coloca a raça *etiópica* e *índia* como um mero elemento que diferencia o Brasil de Portugal, que separa o Brasil em vários povos, mas essa história racial brasileira deve ser utilizada para a afirmação de um nacionalismo nascente, que mesmo com as diferenças vistas pela separação de raças, tenha um elemento unificador escrito e perpetuado pelo poder hegemônico.

A ideia de *assimilação racial* tem como objetivo suavizar em vários sentidos os problemas raciais que são históricos na sociedade brasileira, apresentado e vivenciado em todas as esferas sociais, encontrado nas relações de poder no mercado de trabalho, na violência pública e que abala também as relações familiares a partir de uma violência racial,

sexual e de gênero, em que o corpo do não-branco é visto como objeto¹⁶ que além de ser passível de venda e lucro, também é violado, desmerecido e desprezado. Com a *mestiçagem* enquanto projeto político, tem-se uma política de *embranquecimento* feita — até hoje — pelas estruturas sociais brasileiras, criando uma narrativa de *conciliação* a partir do amor entre as *raças* dando origem a um novo elemento, o *mestiço*, criando assim, “o Brasil[eiro] acima de tudo”¹⁷. Kabengele Munanga em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* aponta para a formação de uma identidade nacional — que se alimenta de métodos eugenistas, “visando o *embranquecimento* da sociedade” (2020, p. 21) — em detrimento de uma identidade negra, de unidade da população descendentes de africanos que resgatam valores e formas culturais de seus países africanos¹⁸.

1.3 Escrever a história racial brasileira pelos romances

O romance como objeto de pesquisa é entendido aqui a partir dos debates sobre a História cultural e a utilização de outras formas de fontes para o trabalho historiográfico, tendo como principal objetivo identificar as variadas formas de compreender como “[...] determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, (CHARTIER, 2002, p. 17) colocando como foco da historiografia a escrita e sua ligação com o mundo contemporâneo. Nesse sentido, utilizar os romances de Alencar para compreender ideias e discussões sobre o Brasil que estava se configurando no século XIX, vem ao encontro da proposta de Chartier, que afirma que os discursos de nenhuma forma são neutros, pois é a partir do discurso que se produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade em cima de outras possíveis formas narrativas. (CHARTIER, 2002, p. 17)

¹⁶ Djamila Ribeiro, em seu livro introdutório *O que é lugar de fala?* Apresenta o conceito o **Outro do Outro**, sendo a mulher não-branca (a autora foca nas mulheres negras, mas que pode abranger a situação de mulheres consideradas não-brancas) sendo a antítese de branquidade e masculinidade. (p. 39)

¹⁷ Para entender mais sobre o slogan: SETO, G. **Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

¹⁸ Existe um grande problema neste ponto, pois a maior parte dos descendentes de africanos que foram escravizados não têm registros ou sabem de onde saíram seus antepassados que atravessaram o Atlântico nos anos de tráfico escravista.

A narração literária tem por característica nos prender aos detalhes do cotidiano que o narrador busca destacar, fazendo com que as palavras criem uma imagem em que o leitor possa reconhecer. Segundo James Wood (2012) a literatura se diferencia da vida “[...] porque a vida é cheia de detalhes, mas de maneira amorfa, e raramente ela nos conduz a eles, enquanto a literatura nos ensina a notar [...]” (WOOD, 2012. p. 63). Entretanto, a leitura ficcional não dá conta de descrever todos os detalhes de uma cena, deixando brechas, o narrador apresenta para o leitor os detalhes importantes para a narrativa, ou detalhes que demonstrem o olhar atento do narrador, mesmo assim, o narrador deixa lacunas dentro dos romances que são importantes para delimitar a diferença entre “um objeto real extra literário e um produto ficcional” (GALLAGHER, p. 654). Gallagher conceitua essas lacunas como “incompletude” da narrativa ficcional, sendo importante para trabalhar a imaginação do leitor com o objetivo de unir a narração ficcional com o leitor, instigando um desejo perturbador pela materialidade da nossa existência. Colocando assim, o texto ficcional como pertencente à realidade extra literária.

O romantismo, antes de ser um movimento histórico-cultural, é um sentimento que nasce a partir da ideia de divinizar a Natureza, na Europa, a ideia romântica é entendida como uma fuga da realidade social, em oposição aos processos revolucionários e contrarrevolucionários que efervescia na vida social do século XVIII¹⁹. Segundo a pesquisadora Elvya Shirley Ribeiro Pereira (1996) a natureza é vista como a *Mãe*, entidade genitora e protetora que tem o poder de traduzir os sentimentos mais verdadeiros e profundos. E dentro desse movimento romântico há uma busca incessante em acessar essa natureza, ligada ao mito hebraico, o Éden e seus valores primordiais e, a História como legitimadora desse paraíso, configurando os seus “eleitos” que gozam da bondade da Natureza.

No Brasil, o movimento romântico está relacionado à necessidade de legitimar uma História do povo brasileiro que ainda estava em construção. Pereira (1996) aponta para a utilização dos elementos naturais e primitivos da terra considerados “selvagens” como possuindo uma função edificante, legitimando a narração artístico-ideológica das jovens nacionalidades, sendo o indianismo a base do “mito de origem²⁰” da realidade americana. A

¹⁹ Aqui falando das revoluções que ocorreram no final do século XVIII que começa com a Revolução Francesa que modificam completamente as dinâmicas sociais vigentes, derrubando por terra uma concepção de História de passividade da humanidade para com os eventos históricos.

²⁰ Para que houvesse uma história nacional de um país colonizado, que nas narrativas que se tinham seria a de legitimar uma “barbárie” dos povos aborígenes. Historiadores e romancistas oitocentistas utilizavam do anacronismo para definir os modelos nacionais e “mitos de origem”. João Paulo Garrido Pimenta (2006)

forma utilizada no oitocentos para acentuar a paisagem e os elementos naturais foi feita a partir da técnica da *cor local*, utilização da arte pictórica dentro da narrativa historiográfica, bem como pelas obras dos romancistas para pintar uma determinada narrativa sobre o passado nacional.

Os romances estudados são considerados romances históricos por seguirem determinadas características importantes: a narrativa se faz a partir de um “aqui e agora”, ou seja, a narrativa dos romances se interligam com acontecimentos do passado e seus conflitos, utilizando de fontes documentais para reafirmar – e legitimar – uma narrativa que fundamente um país a partir de seus pressupostos. Alencar nos dois romances utiliza de notas de rodapé para acompanhar a leitura, sendo uma interferência que molda o entendimento do leitor para a história que se narra. Mirhiane Mendes Abreu (2002) apresenta o narrador dos romances de Alencar em duas camadas: o “contemplativo” que narra a história sem que interfira nos acontecimentos, e o “histórico”, que traz a legitimidade do primeiro, dirigindo a leitura e quando necessário, intervém para emitir um juízo de valor sobre os acontecimentos apresentados. Esse narrador histórico tem a função de colocar o autor, José de Alencar como *Piguara*, o “senhor dos caminhos” como apresentado por Pereira (1996), sendo a intenção do autor de guiar os caminhos para onde o leitor e seus sucessores devem caminhar²¹.

Entretanto, com a utilização do romance histórico, Alencar configura a narrativa a partir de uma linha de conciliação entre os problemas raciais brasileiros, que busca justificar a violência colonial para “purificar” e “civilizar” as “raças inferiores”, além de colocar como “íntegra” a população descendente de europeus por conta da “mistura de raças”.

Para entender esse papel fundador, utilizo o conceito de branquitude e como a relação entre as raças sociais são evidenciadas nos textos literários já citados, partindo do pressuposto da urgência e necessidade de compreender o papel social do branco dentro desse sistema social que é fragmentado por classe, gênero e raça. Sendo assim, compreender como o autor José de Alencar, um homem que gozava de privilégios de uma sociedade racial desigual, político e pertencente da elite imperial que criava um Brasil em que justifique e legitime uma

constrói o conceito do que seria “mito de origem” na historiografia platina, sendo um mito nacional e natural a um determinado território para que se excluísse (de certa maneira) a importância da metrópole europeia na construção desses Estados.

²¹ “Obra de semideuses do pensamento”, conforme mitificava Alencar, o romance aparece como produto do *gênio* do escritor, que se eleva sobre todas as dificuldades na realização dessa *missão* quase sagrada de representar a vida e os ideais de seu povo. (PEREIRA, 1996. p. 108)

narrativa que destaque a importância do homem europeu para “civilizar” as raças “inferiores” e a partir desse contato "harmônico", validar o sistema contemporâneo e suas injustiças.

No primeiro capítulo farei uma análise mais aprofundada sobre o romance moderno e como surge o romancista José de Alencar no cenário nacional, que continua sendo considerado como um dos fundadores da narrativa sobre o Brasil. E qual seria seu vínculo com a historiografia brasileira do período. No segundo capítulo farei uma análise da narrativa dos romances *O guarani* e *As Minas de Prata*, trabalhando as noções de branquitude e de miscigenação para a construção de um Brasil harmônico, que se molda segundo os modelos europeus, legitimando a ideia de “civilização nos trópicos”. Além disso, discuto a condição da mulher e a forma que o autor descreve os sentimentos femininos postos como universais.

2 José de Alencar e a escrita do romance racial brasileiro

As palavras são como as vestes do pensamento, que ora o trajão de galas e sedas, ora de lã e de estamemha. (ALENCAR, 1856, p. 16)

2.1 A importância da imprensa para o romance

Não há um consenso de qual seria a obra fundadora do romance moderno, nem mesmo de qual nacionalidade. O que se pode é elencar características que possibilitaram a narrativa moderna e principalmente, pontos que são semelhantes nessas narrativas.

Como já mencionado, o romance difere-se do poema épico por buscar na narrativa personagens que se assemelham com o real, caracterizados por serem medianos, ou seja, deixa-se para trás a busca por heróis que seriam quase deuses e coloca-se personagens com problemas reais num cotidiano considerado normal para o período. O romance também aborda problemas sociais e suas possíveis resoluções, junto a isso, há os embates psicológicos que as personagens de ficção passam no decorrer da prosa e que trazem discussões morais à tona. O que se pode afirmar é que a narrativa do romance enquanto gênero estava inserida em um contexto de transformações sociais na Europa, em que o indivíduo e suas relações com o social são narrados de forma a compreender e sintetizar essas complexidades. José de Alencar, em sua obra biográfica *Como e porque sou romancista* (1893), apresentou ao leitor sua preferência por esse gênero literário, além de apresentar a biblioteca familiar, narrando o cotidiano de sua infância, quando ele lia para as mulheres da família e comadres enquanto elas faziam trabalhos manuais, e que por vezes lia as mesmas obras, ao mesmo tempo em que conversavam e debatiam sobre as personagens e seus dilemas (ALENCAR, 1893, p. 17).

O romance enquanto gênero em formação não teve uma boa recepção de forma imediata. Por serem narrativas que se assemelham com a realidade numa ideia de que as personagens principais não seriam o exemplo moral para a sociedade, o que se destaca na narrativa seria a mediocridade e inocência das personagens, em que se acentuam as falhas humanas, trabalhando uma dinâmica moral um tanto quanto duvidosa para os mais conservadores.

Não raro, temos conhecimento de escritores que precisaram defender suas obras demonstrando que seus escritos não causavam prejuízo moral na sociedade. Um exemplo que acabou indo ao tribunal na França é o romance *Madame Bovary*²² (1856) de Gustave Flaubert.

A crítica literária no contexto brasileiro, examinava de forma severa os escritos que chegavam da Metrópole, intensificando o trabalho com os escritores nacionais que buscavam mostrar suas visões sobre o mundo nacional com suas características e sua gente. Na abordagem de Andréa Correa Paraiso Müller (2015) sobre os impressos que se referiam às mulheres leitoras a fim de *educá-las* para lerem obras que não ferissem a moral da sociedade. Um dos marcadores importantes para a crítica literária está em como o autor/narrador desenvolveu assuntos moralmente aceitos e que suas reflexões não tragam um grande questionamento sobre os princípios morais e sociais:

Os críticos de até meados do século XIX tinham critérios bastante diferentes dos atuais na avaliação de um texto. A maior parte dos homens de letras, tanto brasileiros quanto estrangeiros, tinha na moralidade o principal parâmetro para avaliar romances: o bom romance era, sobretudo, aquele capaz de edificar seus leitores. Essa diferença de critérios ajuda a explicar o fato de muitos romances hoje consagrados não terem agradado aos críticos seus contemporâneos. (MÜLLER, 2014, p. 41)

Os críticos literários do período tinham como espaço de atuação a imprensa, Müller (2014, p. 37) aponta para o vasto material que pode ser buscado nos periódicos oitocentistas para compreender a literatura brasileira do período, pois é importante compreender-se quais seriam as leituras feitas então para constatar-se o que estamos chamando de literatura. É a partir dos estudos focados nos periódicos que podemos compreender quais seriam as ideias que eram veiculadas nesses romances e sua interação com o imaginário da população consumidora desta imprensa. Pois quando nos guiamos somente a partir dos cânones literários, que são posteriormente eleitos dentro do âmbito acadêmico, deixamos de lado um entendimento sobre um determinado período para nos focarmos em outro, posterior ao que estamos trabalhando.

A imprensa e os romances não estão fora de uma lógica política importante abordada pelo autor Benedict Anderson (2008):

²² Gustave Flaubert foi ao tribunal na França para assegurar que seu romance não feria a moral pública e religiosa. Porém, para o advogado de acusação o livro além de ser imoral deveria ser tirado de circulação para que as donzelas e mulheres de família não se iludirem pelo romance que, segundo ele, era uma “glorificação ao adultério.” (FLAUBERT, 2009, p. 309)

Entenderemos melhor por que essa transformação foi tão importante para a gênese da comunidade imaginada da nação se considerarmos a estrutura básica de duas formas de criação imaginária que floresceram pela primeira vez na Europa durante o século XVIII: o romance e o jornal. Pois essas formas proporcionaram meios técnicos para "re-presentar" o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação. (p. 55)

Sendo assim, os romances enquanto gênero literário e a imprensa com seus periódicos estão configurados dentro de uma conjuntura que favorece a unificação de um nascimento da “nacionalidade”. São com a imprensa e o mercado literário (impulsionado pelo romance) que se ajustam as fronteiras imaginadas e uma noção unificadora da população em uma só identidade, uma só bandeira. Justificando todo e qualquer ato violento para manutenção do projeto nacional.

2.2 José de Alencar e sua repercussão nos periódicos

Alencar gozava de um bom relacionamento com a crítica literária, não raro obtendo nos jornais críticas positivas ou mensagens de incentivo a sua escrita como teatrólogo e romancista. Entretanto, Alencar também obteve de seus escritos críticas que se referiam a suas obras enquanto polêmicas ou imorais. Em alguns momentos há pontuações sobre a falta de pureza de personagens ou extratos da repercussão pública de suas obras nos periódicos como apresenta Valéria Cristina Bezerra (2011).

A necessidade de construir uma narrativa moralizante faz parte de um projeto que educasse as mulheres²³ brancas de classes abastadas, como era o caso das mulheres da família de Alencar, para que não buscassem livros que *desviassem* da moralidade social. O conceito de que deveriam ser seguidos requisitos morais seria uma justificativa a um pensamento de que as mulheres poderiam ser influenciadas a cometer ações errôneas e que isso poderia causar um caos social. Neste contexto, Müller discute a concepção de tutela sobre a leitura feminina dentro dos periódicos oitocentistas por ser um assunto presente dentro de cadernos reservados às mulheres (MÜLLER, 2015), bem como uma preocupação masculina sobre a manutenção de uma ordem social em que as mulheres (brancas e da alta sociedade) deveriam

²³ Esse debate está bem mais trabalhado no texto de Mary Wollstonecraft *Reivindicação dos direitos da mulher* (2016) em que a autora denuncia a falta de direitos básicos que as mulheres europeias sofriam e um dos pontos levantados era a crença de que as mulheres eram consideradas pecaminosas ou mesmo anjos que precisava de tutela para que não cometessem crimes por serem ingênuas.

se contentar com o destino de serem donas de casa e terem relacionamentos que não condizem com muitos livros românticos que circulavam como é o já mencionado *Madame Bovary* em que a personagem principal comete ações imorais em busca dos romances descritos nos livros que leu na adolescência.

Como apontado por Müller (2014), para compreender a literatura oitocentista brasileira é necessário compreender o contexto histórico: Os romancistas e a circulação de seus escritos estão intimamente ligados ao jornalismo e à imprensa do período. Álvaro Simões Júnior (apud MÜLLER, 2014) apresenta uma simbiose encontrada no período entre a literatura e a imprensa:

Em larga medida, os jornais e revistas eram literários, não apenas pela divulgação de textos de ficção (poemas, contos, romances seriados etc.) e de crítica literária (ensaios, resenhas, etc.) e pela própria condição de romancistas, poetas e dramaturgos conhecidos de boa parte dos redatores mais importantes, mas também, – e talvez principalmente, – pela simbiose entre jornalismo e literatura, que levou à incorporação de características “literárias” (retórica, citação de autores, imagens poéticas, etc.) aos gêneros especificamente jornalísticos (editoriais, artigos de fundo, reportagens, etc.) [...] (SIMÕES Jr .MÜLLER, 2014, p. 36)

O que se quer evidenciar aqui é a troca que existiu entre os romances e sua forma narrativa juntamente com a imprensa e seus jornalistas, até porque não raro os romancistas também trabalhavam como jornalistas de grandes periódicos em circulação nas cidades brasileiras. Principalmente no século XIX em que se consolidava a imprensa jornalística e literária:

A literatura no Brasil, principalmente quando se trata do século XIX, sempre teve especial ligação com o jornalismo. Desde o início da imprensa no país, em 1808, a atividade literária sempre encontrou nos jornais e revistas um espaço de difusão e discussão. Raros eram os periódicos oitocentistas que não reservavam um lugar em suas páginas para os assuntos literários. (MÜLLER, 2014, p. 36)

Além de ser uma forma de propagar os romances, a imprensa tinha uma ligação mais profunda, em que se mostra difícil separar até onde cada uma se encontra nesse período. Mas que tem dentro do gênero romance um papel fundamental, pois:

O romance, gênero ainda em formação, sem tradição ou modelos definidos, visto com desconfiança por muitos homens de letras, encontrou no jornal um suporte privilegiado, o que acabou por contribuir para a divulgação e, mais tarde, para a consolidação e aceitação do gênero. Valéria Augusti (2010) afirma que a recepção crítica das produções romanescas ao longo do Oitocentos contribuiu para que o romance fosse adquirindo prestígio, a ponto de merecer figurar, no final do século,

nas histórias literárias. E não se pode esquecer que essa recepção crítica manifestou-se praticamente toda ela nos periódicos. (MÜLLER, 2011 p. 36-37)

O romance, assim, privilegia-se de um grande apoio dos periódicos oitocentistas, sendo caracterizado por Müller (2014) como uma das principais fontes para compreender melhor a literatura do século XIX. Dentro dos periódicos havia, no fim das páginas, os *folhetins*, um meio termo entre a literatura e a imprensa que traz a ficção aos jornais, tendo uma linguagem e uma discussão mais coloquial para se adequar ao meio de circulação empregado.

Assim Alencar, como muito outros intelectuais da época, dirigiu-se a essa "frutinha do seu tempo", não apenas por amor a literatura, mas tendo em vista ocupar uma tribuna privilegiada para debater questões do dia, acabando por deixar nesses textos sua visão do tempo vivido. (SOUZA, 1998, p. 124)

Os *folhetins* além de serem usados para a publicação de grandes romances, como acontece com boa parte da obra do romancista, também são uma rica fonte pois neles são encontradas crônicas sobre eventos cotidianos, sendo sua circulação um meio para alcançar o público de uma forma mais ágil e informal, para facilitar a captação da atenção dos leitores sobre problemas sociais. Podemos compreender a posição do autor estudado sobre o folhetim como:

[...] o folhetim deveria ser um gênero ágil, informativo, crítico, mas sem perder um certo tom de sonho e fantasia, para não enfadar o leitor. Se percorremos a série como um todo, podemos perceber a presença desses aspectos assinados por Alencar. (SOUZA, 1998 p. 125)

Por ser a imprensa nacional recente, podemos encontrar problemas para a profissionalização das etapas importantes da publicação de um livro e uma regulamentação estatal sobre os direitos de cada profissional, compondo como mercadoria as divisões artísticas²⁴. No período oitocentista ocorriam debates e embates entre escritores, tipógrafos e editores sobre os lucros, bem como sobre a propriedade intelectual dos escritos que ainda não tinham sido solucionados por conta da recente implementação da imprensa. Um dos problemas enfrentados pelos autores, era o fato dos altos custos da impressão e da divulgação dos seus escritos, o que tornava necessário que os escritores buscassem auxílio do público

²⁴ Pierre Bourdieu apresenta as definições de arte enquanto mercadoria x arte pura em sua significação. Para entender mais: BOURDIEU, P. O Mercado de Bens Simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

leitor, uma forma efetiva para a popularização dos escritos que viria a ser um livro, vinha com apoio da imprensa nacional, pelos espaços reservados aos folhetins (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 72). Entretanto, as dificuldades em lançar um livro no Brasil oitocentista passavam também pela pirataria das obras, como é apresentado por Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2015, p. 70), uma vez que por vezes se encontravam obras recém publicadas circulando sem que houvesse o retorno para o autor, como é apresentado o caso do romance *O Guarani*, cuja circulação pirateada já ocorria no mesmo ano de sua publicação.

2.3 A escrita da história no Brasil imperial, um pequeno adendo

Alencar, porém, estava do outro lado da intelectualidade brasileira. Como comentado aqui, havia uma estrutura bem organizada entre os periódicos e seus trabalhadores com os escritores literários do período, mas há outro grupo distinto e muito importante para a história nacional que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Criado em 1838, o IHGB foi uma instituição composta por intelectuais brasileiros que, até o seu estatuto em 1851, recrutava membros por suas relações sociais com os sócios. O instituto tinha uma ligação muito forte com a família imperial dos dois lados do Atlântico e além disso, recebia verbas do imperador Pedro II para as pesquisas feitas sobre o Brasil, o que era de grande importância, por conta das necessárias viagens para desbravar lugares desconhecidos dessa terra. O objetivo do instituto, como é pontuado por Manoel Luis Salgado Guimarães, era a de escrever a história nacional

Embora não claramente explicitado nos primeiros estatutos do IHGB, o objetivo de escrever uma história do Brasil esteve sempre presente. O instituto seria, nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, a luz a retirar a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de "Luz e Ordem". O uso desta curiosa metáfora nos discursos do IHGB indica tradições intelectuais muito precisas e aponta no sentido da definição de uma identidade, tarefa para a qual estava reservado um papel central e diretor à instituição. Tratava-se de desvendar o "nosso verdadeiro caráter nacional", e para este fim o IHGB deveria realizar a sua parte. (GUIMARÃES, 1988, p. 13)

A instituição estava alinhada a uma corrente de pensamento iluminista portuguesa, conservadora e católica, guiada pelos princípios da linearidade do tempo, e buscava escrever a

história nacional dentro da linearidade colonial, colocada como civilização aos moldes europeus

Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo. Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha - a dos indígenas existentes no território -, cuja inferioridade em relação à "civilização branca" poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada. (GUIMARÃES, 1988, p. 11)

Para colocar o Brasil nesse rol de Nações civilizadas, o instituto definia o brasileiro a partir dos preconceitos do século, que são anteriores ao racismo científico²⁵ mas que eram latentes na construção racial de uma nação. É importante destacar que o conceito de raça tal qual conhecemos começa a ser moldado no final do século XVIII e início do XIX, tendo como justificativa a barbárie do período escravocrata. (BARBATO, 2016, p. 188) O embranquecimento seria fio condutor para a colocação do Brasil dentro dos conceitos civilizatórios europeus

Os brancos eram os representantes da civilização, e venceriam sempre em um contato direto com outras raças. No entanto, fomos colonizados por europeus amorosos, voluptuosos, que na carência de suas europeias, facilmente caíam nos braços das belas índias encontradas nos trópicos sul-americanos. Mestiços então eram gerados, e sobre eles, o debate sobre a raça e os trópicos continuava. É nesse período, pós-publicação de *A Origem das Espécies*, de Darwin, que a figura do mestiço surge com mais intensidade nas revistas do IHGB. Von Martius, em sua monografia vencedora do concurso que pretendia premiar o trabalho que melhor apresentasse um plano para a nascente escrita da história brasileira, conferiu ao nosso país, como nação, o papel de realizar a ideia de mestiçagem (MARTIUS, 1865). O Brasil como um locus privilegiado de uma vocação americana para a mistura entre as consideradas raças, em finais do século XIX, parecia cumprir a profecia de Martius [...] (BARBATO, 2016, p. 190)

O discurso de Karl Friedrich Von Martius em 1845 corrobora com uma noção de Brasil racial que perpassa o século XIX, de uma necessária mestiçagem para o embranquecimento nacional, para que assim, o Brasil fosse considerado uma Civilização que segundo Luis Fernando Tosta Barbato

Resistentes como seus antepassados negros e índios, e ativos como seus antepassados europeus, o IHGB quebra uma noção europeia de que se tratavam de elementos inferiores, para depositarem neles a chave para o sucesso

²⁵ Para entender mais: BARBATO, L. F. T. Raça e mestiçagem nas revistas do IHGB: os temores e as esperanças. *Intellèctus*, v. 15, n. 2, 19 dez. 2016. (p. 190)

brasileiro. Mas nunca devemos nos esquecer: toda essa positividade sobre o mestiço se dava em meio a uma noção de que ele deveria desaparecer, dentro do processo de branqueamento que esses mesmo defensores vislumbravam para esse Brasil o qual pensavam, o que faria com que, após cumprirem seu papel de fixação do europeu, desaparecessem em meio as ondas de imigração europeia que chegavam ao Brasil, entretantes ao declínio das populações negras e indígenas, observadas no mesmo período.

[...]

Assim, por mais que esses mestiços fossem exaltados nas publicações do IHGB, essas exaltações não fogem ao período no qual são produzidas, marcadas pelo eurocentrismo e na pretensa superioridade do homem branco sobre os demais, inclusive sobre os mestiços, afinal, não havia o que temer nesses heróis da civilização brasileira, pois, inferiores que eram, cedo ou tarde seriam engolidos pela história. (BARBATO, 2016, p. 202)

A escrita da história brasileira passava assim pelo necessário embranquecimento da população para legitimação de uma sociedade posta ao objetivo do homem branco com sua “missão civilizatória” (BARBATO, 2016, p. 190), que teria sempre a vitória em cima das civilizações dita como inferiores.

Segundo Guimarães, o instituto histórico se contrapunha com debates levantados pela literatura contemporânea como é o caso da temática indígena

Será, portanto, em torno da temática indígena que, no interior do IHGB, e também fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena. Enquanto Varnhagen, em carta dirigida ao imperador com data de 18 de julho de 1852 a propósito do indianismo de Gonçalves Dias o adverte para "não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao trono que a opinião se não extravie, com idéias que acabam por ser subversivas", a literatura veicula a imagem do indígena como portador da "brasilidade". (GUIMARÃES, 2011, pp. 11–12)

Para enriquecer o debate proposto, é importante compreender os diálogos entre literatura e história, que mesmo sendo áreas distintas, são importantes para a criação de uma nação, principalmente no caso do autor estudado que norteia seus romances analisados a partir da questão da história nacional. (FREITAS, 2009b, p. 10)

2.4 A construção do cânone literário nacional e a questão racial

Alencar não foi o primeiro nem o mais bem sucedido escritor que buscou criar um projeto de literatura nacional. O autor foi um dos que conseguiu e desde então é reverenciado

a partir de trabalhos em diversas áreas que demonstram sua importância para a escrita nacional. O que neste subcapítulo analisa é como se constrói e se escolhe as obras ditas canônicas. Qual a importância desse cânone e que mensagens buscam legar esses autores que são lembrados posteriormente.

Não pretendemos aqui abordar todo o campo literário brasileiro do período, mas sim entender a partir de Alencar quais são os pontos principais para se tornar um autor canônico e continuar sendo referência quando falamos de literatura brasileira do século XIX.

Alencar utiliza dos elementos nacionais para “retratar” um Brasil que se diferencia da paisagem europeia, que também foi pintado e descrito pelos europeus no período da colonização. Entretanto, isso não quer dizer que o autor abandona as referências de escritos e da forma de escrita dos europeus, muito pelo contrário, é a partir das formas europeias que Alencar narra um Brasil. A diferença está na forma em que o narrador exalta os traços nacionais e o público para quem esta narrativa é destinada. Não sendo mais algo voltado inteiramente para o outro lado do Atlântico, suas obras são feitas para a construção de um sentimento de exaltação nacional dentro dos limites geográficos delimitados com seu povo, mesmo que esse povo não vivesse em boas condições. Como descrito por Anderson, mesmo no limite das contradições de uma nação, o nacionalismo serve como uma legitimação da narrativa de união em meio às diferenças sociais (2008, p. 34).

Utilizar a literatura como uma fonte historiográfica dialoga com as concepções de Roger Chartier (2002), que apresenta uma outra forma de analisar as fontes:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real.

[...]

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002, p. 16-17)

O estudo da História Cultural está, assim, dentro de uma corrente de pensamento que preza pelas questões sociais, buscando a partir das fontes apresentar um desenho que

evidencie as relações de poder e em que se possa analisar, assim, os vestígios que são eternizados, enquanto outros são legados ao esquecimento. Constitui-se assim um campo disciplinar que tem como principal objetivo identificar as variadas formas de compreender determinada realidade social a partir das fontes históricas, dando um novo significado para as narrativas do passado. Colocando no mesmo patamar dentro da historiografia, a utilização de interpretações mais tradicionais como é o caso da História Política e Econômica, a história cultural se volta às relações culturais a partir da ideia de que elas estão presentes na vida cotidiana. Como os romances analisados vinculados a projeto nacional, ou seja, estavam de acordo com certas políticas sociais que foram implementadas a partir de uma noção ideológica baseada em métodos eugenistas, como não deixa de ser o caso brasileiro (MUNANGA, 2019, p. 21).

Deste modo, espera-se acabar com os falsos debates desenvolvidos em torno da partilha, tida como irreduzível, entre a objectividade das estruturas (que seria o terreno da história mais segura, aquela que manuseando documentos seriados quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade) e a subjectividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real). Tal clivagem atravessou profundamente a história, mas também outras ciências sociais, como a sociologia ou etnologia, opondo abordagens estruturalistas e perspectivas fenomenológicas, trabalhando as primeiras em grande escala sobre as posições e relações de diferentes grupos, muitas vezes identificados com classes, e privilegiando as segundas o estudo dos valores e dos comportamentos de comunidades mais restritas, frequentemente consideradas homogêneas. (CHARTIER, 2002, pp. 17–18)

Chartier desconstrói a noção de objetividade das estruturas, que, com os documentos oficiais, formam o que se considera como *história oficial*, dito como o passado *verdadeiro* em contrariedade de outras fontes historiográficas. Michel-Rolph Trouillot (2016) discute a percepção da narrativa histórica de evidenciar determinados acontecimentos e relatos como importantes socialmente, enquanto excluem e apagam da memória coletiva:

A noção amplamente disseminada da história como reminiscência de importantes experiências passadas é enganosa. O próprio modelo é bem conhecido: a história é para uma coletividade aquilo que a lembrança é para um indivíduo, a recuperação mais ou menos consciente de experiências passadas armazenadas na memória. Deixando de lado suas inúmeras variantes, podemos chamá-lo, para resumir, de modelo do armazenamento da memória-história. (TROUILLOT, 2016, pp. 38–39)

A História brasileira opera de forma a privilegiar uma história nacional que conte os feitos “heroicos” de brancos que em muitos momentos utilizaram da violência extrema contra outras populações para a construção de uma nação aos moldes da civilização almejada por eles. O sujeito branco é privilegiado nessa narrativa, colocado como a *humanidade* brasileira, deixando de lado o problema da desigualdade racial nas mãos da população racializada, vista como diferente (BENTO, 2002). Quando colocada a *humanidade* como a história dos sujeitos brancos (juntamente com os recortes de gênero, sexualidade e classe), silencia-se a história de inúmeros movimentos importantes para a sociedade brasileira²⁶.

Dentro dessa lógica racial, dicotômica (sujeito branco x população racializada) se baseia em uma literatura canônica:

Sem pretender esgotar o debate, em linhas gerais, será a partir da formação de um cânone literário homogêneo, constituído por uma grande maioria de escritores brancos do sexo masculino, que a literatura de autoria negra no Brasil se distinguirá, já que ela apresentará novas possibilidades estéticas para a formulação dos textos literários, revelando, assim, uma polifonia de vozes ainda distanciadas de um público mais amplo, especializado ou não. A literatura negra ou afro-brasileira, finalmente, uma vertente da literatura brasileira, será aquela que apresenta as autorias negras expondo suas subjetividades, a partir da vivência de ser negro no Brasil, reelaborando histórias, atualizando experiências e discursos, nos quais a violência do cativo e do pós-abolição, por muito tempo, as impediram de vir à tona. (ZIN, 2021, p. 25)

Há um problema declarado racial que se apresenta também na literatura, quando nomes como Maria Firmina dos Reis²⁷ — contemporânea ao José Martiniano de Alencar — foram por muito tempo esquecidos do cânone literário, sendo somente resgatados após uma intensa luta dos movimentos negros brasileiros.

A literatura como fonte se interliga com as concepções de análise do autor Antonio Candido, que utiliza das manifestações literárias e da literatura propriamente dita²⁸ como uma forma de compreender os discursos sobre o Brasil. Candido, em *Iniciação à literatura*:

²⁶ Para entender mais: PORTO, D. A partir de marcos históricos, linha do tempo ilustra conquistas do movimento quilombola. **Terra de Direitos**, 20 dez. 2017. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/a-partir-de-marcos-historicos-linha-do-tempo-ilustra-conquistas-d-o-movimento-quilombola/22712>> Acesso em: 25 fev. 2022

²⁷ RASPANTI, M. P. **A primeira mulher negra a escrever um romance no Brasil**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/primeira-mulher-negra-escrever-um-romance-no-brasil/>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

²⁸ Antonio Candido (1999) separa a literatura brasileira em três partes, sendo as *manifestações literárias* que são obras datadas do século XVI até metade do século XVIII; passando para a *configuração do sistema literário* que se apresenta da metade do século XVIII até a metade do oitocentos; e, a era do *sistema literário consolidado* datando-se da metade do oitocentos até os dias atuais.

resumo para principiantes, exprime a necessidade de compreender a literatura não somente com uma análise crítica voltada à formação da narrativa ou aos estudos linguísticos, mas também analisando a literatura a partir de seu contexto social e político.

A literatura brasileira não é de todo modo *inovadora* para a criação de uma identidade nacional, se utilizou dos moldes literários europeus como é o caso dos poemas épicos e os romances. Essa fusão entre a literatura brasileira e europeia, faz-se para que o recente país se adequasse às necessidades colocadas para se configurar como uma *nação civilizada*. Alencar (1893) fala sobre como sua situação de leitor e suas grandes influências dos romances franceses:

A eschola franceza, que eu então estudava nesses mestres da moderna litteratura, achava-me preparado para ella. O molde do romance, qual m'o havia revelado por mera casualidade aquelle arrojo de criança á tecer uma novella com os fios de uma ventura real; fui encontral-o fundido com a elegancia e belleza que jamais lhe poderia dar. (ALENCAR, 1893, p. 30)

Essa necessidade de colocar o Brasil como um país civilizado aos moldes da Europa se dava pela necessidade de manter as estruturas sociais vigentes, sendo assim, a Independência brasileira buscava se diferenciar das Independências latino-americanas que se configuraram como Repúblicas. O que se modificou na política brasileira com a sua independência foi a tutela de Portugal sobre os assuntos internos. E para demonstrar uma ligação entre Brasil e Europa, os literatos e intelectuais brasileiros buscavam formas de configurar uma narrativa que fizesse com que o Brasil seguisse no baile civilizatório, demonstrando que o país se moldava como uma “civilização dos trópicos”. Essa concepção se faz na Literatura:

Tudo isso era regido por uma espécie de imperativo: exprimir o novo sem abandonar o velho, ou seja, manifestar a singularidade do Novo Mundo sem perder contacto inspirador com as matrizes do Ocidente, que eram condição de entendimento entre os homens cultos. Por isso, a crítica nacionalista falhou quando viu, por exemplo, no uso das formas clássicas e da mitologia greco-latina uma diminuição e uma subserviência. Na verdade, elas eram a maneira de afirmar a nossa realidade de “segunda Europa”, para repetir o conceito de Ruggero Jacobbi. (CANDIDO, 1999, p. 14)

E na historiografia do período:

E aqui tocamos em um ponto que nos parece central para a discussão da questão nacional no Brasil e no papel que a escrita da história desempenha neste processo: trata-se de precisar com clareza como esta historiografia definirá a Nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente.

No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o "outro" em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. (GUIMARÃES, 1988, p. 6)

Sendo assim, os intelectuais brasileiros afirmam um discurso de continuação ao processo colonial em que justificasse a violência colonial. Não há uma efetiva mudança nas estruturas como o tráfico e trabalho escravizado²⁹, bem como uma sociedade que beneficiava uma oligarquia.

Assim, desenvolve-se como um subproduto do Iluminismo, buscando uma liberdade fundada nos direitos universais. Não se fundamentava, portanto, em reivindicações étnicas ou culturais, mas tornava político o critério máximo da nacionalidade (PAMPLONA; DOYLE, 2008, p. 22). A emancipação política dos países americanos não teve como ponto de partida reivindicações identitárias, nem se preocupou com o "sentimento nacional", mas baseou-se em queixas e interesses políticos. (LEMES, 2015, p. 101)

Diferente da história europeia — que trazia elementos étnicos e culturais de um passado — as Américas, com isso o Brasil, se estabeleciam como antigas colônias, negando uma história dos povos que já estavam no intuito de *civilizar* nossa história. Para criar uma história nacional, única que se distanciasse de outras nações, se tem a utilização do herói, a personificação do *mito* de origem.

A história dos povos que aqui viviam passou por um grande período de esvaziamento, mas seus símbolos foram incorporados à civilização brasileira que vendia uma *harmonia racial*. O indígena³⁰ aparece dentro da literatura como símbolo da nação, enquanto que seu modo de vida era incorporado a uma ideia de necessidade civilizatória. Pery é um desses exemplos de figuras que passam pelo processo de civilização.

²⁹ Para compreender melhor a utilização do termo *escravizado* em contraposição ao escravo, leia sobre: PRUDENTE, E. **A escravização e racismo no Brasil, mazelas que ainda perduram**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/a-escravizacao-e-racismo-no-brasil-mazelas-que-ainda-perduram/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

³⁰ Para compreender melhor a utilização do termo *indígena* em contraposição ao *índio*, leia sobre: FERREIRA, L.; LACERDA, V. **Resistência Indígena: Entenda porque o termo "índio" é considerado pejorativo**. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/resistencia-indigena-entenda-porque-o-termo-indio-e-considerado-pejorativo>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

3 O grande projeto de Alencar

A moral é uma moeda. De um lado o pecado, de outro lado a virtude. Silêncio e segredo unidos, no equilíbrio do mundo. (p. 89) Chiziane, Paulina. *Niketché: uma história da poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

3.1 O projeto das elites em escrever o passado nacional

Como configurar uma literatura nacional brasileira sendo o Brasil uma ex-colônia de Portugal? Essa foi uma importante discussão entre os intelectuais do oitocentos. Defendida por Almeida Garrett e Alexandre Herculano, a unificação literária de Brasil e Portugal era justificada pelas relações políticas (entre colônia e metrópole) e também pela ligação da língua portuguesa, herança colonial necessária para uma unificação social. Entretanto, discutir a respeito da literatura somente pelo marcador da linguística esvaziava o todo que faz parte da escrita literária, por ser necessário entendê-la e a linguagem a partir de seus papéis políticos e culturais que compunham o cenário do oitocentos (SANTOS, 2011, pp. 81–82).

A importância da língua portuguesa e dos movimentos literários durante a colônia foi apresentado por Antonio Candido (1999) como um projeto de unificação cultural:

Com efeito, além da sua função própria de criar formas expressivas, a literatura serviu para celebrar e inculcar os valores cristãos e a concepção metropolitana de vida social, consolidando não apenas a presença de Deus e do Rei, mas o monopólio da língua. Com isso, desqualificou e proscreeu possíveis fermentos locais de divergência, como os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas, e depois os dos escravos africanos. Em suma, desqualificou a possibilidade de expressão e visão de mundo dos povos subjugados. (CANDIDO, 1999, p. 13)

Sendo assim, utilizar a língua da metrópole — durante o período compreendido como colonial — fazia parte de uma necessidade de apagamento do que não era considerado *civilizado*, utilizando o pensamento da elite local e da metrópole para atribuir à população os seus valores e crenças a serem seguidas.

Com a Independência brasileira, essa discussão, que já era de todo modo importante, foi ganhando mais espaço dentro dos círculos intelectuais, e a necessidade de escrever uma literatura nacional foi posta como uma prioridade. A língua, outro marcador da nacionalidade, também passa por um processo para se diferenciar do português de Portugal. Para Érico Veríssimo, o romantismo é o marcador inicial para a literatura brasileira (SANTOS, 2011, p.

82), pois apresenta uma “divergência” artística aos elementos brasileiros e a criação de uma própria estética local, apenas dá continuidade linguística.

O marcador inaugural para o que hoje entendemos como romantismo brasileiro é normalmente considerado como sendo o livro *Suspiros poéticos e saudades* (1836) do escritor Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), o Visconde do Araguaia (SANTOS, 2011, p. 83). O escritor também foi muito importante para a literatura brasileira pelo seu poema épico *A Confederação dos Tamoios* (1856), financiado pelo próprio Imperador Pedro II, utilizando da figura indígena para a afirmação nacional: “[...] ao converter o índio em herói e símbolo da coletividade brasileira em oposição à figura do colonizador lusitano, Magalhães propõe a afirmação da nacionalidade transformando em *Epos* o elemento aborígine” (SANTOS, 2011, p. 84). A épica, porém, recebeu muitas críticas por celebrar simultaneamente o indígena e o catequizador, quando segundo os críticos, seria necessário optar por um dos agentes históricos como mais importantes (SANTOS, 2011, p. 84). São a partir dessas críticas que inserimos o autor José de Alencar nessa discussão.

Em 1856, o escritor de *O Guarani* publicou no jornal *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878) oito cartas sobre suas impressões do poema épico de Magalhães, que foram posteriormente compiladas e publicadas em livro pela editora do jornal. Essas cartas são importantes para compreender a noção estética de Alencar, bem como seu próprio guia para a publicação posterior do romance *O Guarani*. Em sua primeira carta, Alencar critica a falta de poesia na obra de Magalhães ao apresentar a paisagem nacional, que não representaria toda a complexidade e a beleza brasileira:

Depois da invocação segue a descrição do Brasil: ha n'essa descrição muitas bellezas de pensamento, mas a poesia, tenho medo de dizêl-o, não está na altura do assumpto. Se me perguntarem o que falta, de certo não saberei responder; falta um quer que seja, essa riqueza de imagens, esse luxo da fantasia que forma na pintura, como na poesia, o colorido do pensamento, os raios e as sombras, os claros e escuros do quadro. (ALENCAR, 1856, p. 6)

Em seu romance, Alencar, por sua vez, demonstra como a escrita a natureza deveria ser mobilizada como um grande elemento a ser exaltado:

De um dos cabeços da Serra dos Órgãos deslisa um fio d'agua que se dirige para o norte, e que, engrossando-se com os mananciaes que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se um rio caudal.

E' o Paquequer qae, saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois espreguiçar-se indolente na várzea, e embeber-se no Parahyba, que corre magestosamente no seu vasto leito.

Dir-se-hia que, vassallo e tributario desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do seu suzerano. (ALENCAR, 1857, p. 3)

Em suas críticas a Magalhães, Alencar defendia na segunda carta que o poema brasileiro deveria consistir em um canto único, a partir de moldes linguísticos que expressassem os grandes sentimentos e a natureza nacional:

Escreveríamos um poema, mas não um poema epico; um verdadeiro poema nacional, onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a fôrma, desde a imagem até o verso.

[...]

A fôrma com que Homero cantou os Gregos não serve para cantar os indios; o verso que disse as desgraças de Troya, e os combates mythologicos não pôde exprimir as tristes endeixas do Guanabara, e as tradições selvagens da America. (ALENCAR, 1856, pp. 24–25)

Em sua oitava missiva, Alencar alega que a obra de Magalhães não seria considerada um poema histórico, por “[...] conter o elemento *maravilhoso*, elemento essencial para a epopeia e que não pode existir num poema histórico” (SANTOS, 2011, p. 89), contando histórias dos bustos históricos (ALENCAR, 1856, p. 55) que não seria o foco da narrativa, sendo representações que acompanham ao protagonista e não fazendo parte do enredo, como podemos ver analisando mais profundamente o romance *O guarani*.

Este romance, fruto da polêmica com as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, foi formulado não só a partir de suas críticas a Magalhães, mas também aos órgãos que naquele momento se preocupavam com a escrita sobre o Brasil:

Quanto ao sentimento que dictára esse procedimento, D. Antonio não se admirava; conhecia o character dos nossos selvagens, tão injustamente calumniados pelos historiadores; e sabia que fôra da guerra e da vingança erão generosos, capazes de uma acção grande, e de um estímulo nobre.

[...]

Por muito tempo um silencio expressivo reinou nesse grupo, que se acabava de transformar de um modo tão imprevisto. (ALENCAR, 1857, segunda parte, p. 21)

Alencar contraria a visão homogênea no pensamento histórico, que afirmava que “[...] de tais povos na infância não há história; há só etnografia [...]” (VARNHAGEN, 1978 [1854]:30 apud CUNHA, 1992, p. 11). O escritor colocava e reafirmava um passado dos

indígenas que já não fazia parte do presente oitocentista. Doris Sommer apresenta duas ideias contemporâneas a Alencar para se tratar da população indígena: por um lado, Varnhagen era favorável de um extermínio da população indígena e de sua cultura, enquanto Karl Philip von Martius (1844) apoiava uma história brasileira que integrasse o indígena, colocando-os como bases para a criação da nacionalidade brasileira, a *miscigenação* sendo o embranquecimento necessário para lidar com a população local (SOMMER 2004, pp. 178–179).

Alencar utilizou uma lacuna da história brasileira para a criação de um Brasil (SOMMER, 2004, p. 196), com isso demonstrando sua defesa a uma narração sobre a história brasileira dos primeiros contatos, terreno fértil para a história da nação, em que denuncia a violência portuguesa pela ganância, ao mesmo tempo que afirma um aniquilamento³¹ “necessário” dos indígenas para uma história nacional.

Essa posição dos indígenas enquanto pertencentes do passado é afirmada por Suene Honorato como um mito sacrificial, que coloca os indígenas enquanto responsáveis pelo próprio extermínio, sendo uma metáfora que justifica a miscigenação brasileira para que, a partir da miscigenação, pudesse criar os pilares da identidade brasileira.

Antônio Gonçalves Dias e José Martiniano de Alencar são os dois autores mais conhecidos do romantismo brasileiro – aqueles que aparecem em livros didáticos, considerados imprescindíveis para um estudo da história literária no período. Suas obras podem ser lidas como denúncia da violência no contato entre colonizador e colonizado, ao mesmo tempo em que naturalizam essa violência. Um primeiro elemento dessa naturalização é o fato de ambos os autores, em textos literários e não literários, se referirem aos indígenas como “raça extinta”. Outro elemento, já dentro de suas obras literárias, está na representação das personagens indígenas como figuras que ou reconhecem a inevitabilidade da dominação ou se rendem a ela sem resistência. A naturalização do extermínio indígena se faz necessária ao “desenvolvimento” da nação brasileira, ancorado na ideia de que o “branco” é o elemento civilizador. (HONORATO, 2021, p. 86)

Em *O Guarani*, temos a utilização do *bom selvagem*, Pery, através de toda a sua prestatividade à família Mariz, e também tem-se o *mau selvagem*, os Aimoré, com suas práticas de vinganças, mesmo justificada pela morte de uma indígena. Tais ações são consideradas uma carnificina e um horror para a família Mariz, como d. Antonio de Mariz em diálogo com seu escudeiro deixa evidente:

³¹ Esse aniquilamento pregado por Von Martius (1845) e por Alencar (1856, 1857) não se trata do mesmo que Varnhagen propõe de um extermínio físico da população, o que é proposto pelos dois seria a retirada da pureza da população indígena, incorporando-os a civilização brasileira, por conseguinte perdendo seus elementos diferenciadores, sendo considerados somente brasileiros e não mais indígenas. (SOMMER, 2004, pp. 178–179)

— E o devo, porque um fidalgo que mata uma creatura fraca e inoffensiva, commette uma acção baixa e indigna. Durante quarenta annos que me acompanhas, sabes como trato os meus inimigos; pois bem, a minha espada, que tem abatido tantos homens na guerra, cahir-me-ia da mão se, n'um momento de desvario, a erguesse sobre uma mulher.

— Mas é preciso ver que casta de mulher é esta, uma selvagem...

— Sei o que queres dizer; não partilho essas idéas que vogão entre os meus companheiros; para mim, os Índios quando nos atacão, são inimigos que devemos combater; quando nos respeitão são vassallos de uma terra que conquistamos; mas são homens! (ALENCAR, 1857, pp. 57–58)

Dom Antonio sempre afirma sua posição de conciliação com os indígenas, respeitando-os como humanos, mesmo que essa não fosse a hegemonia do pensamento português. Em contrariedade ao pensamento de sua esposa, dona Lauriana, que sentia-se intimidada por Pery e desprezava sua enteada Isabel. O autor utiliza da figura de dom Antonio e de Cecilia para criar uma nação ligada ao amor, que para Sommer (2004) seria o que traz de especial sobre a sociedade brasileira (SOMMER, 2004, p. 178), não pela sua resistência, mas por sua rendição romântica que buscou a conciliação.

3.2 O Guarani: a devoção de Peri pela branca Cecilia

O enredo começa no ano de 1603, no que o autor descreve como as sesmarias doadas para o fidalgo dom Antonio de Mariz, mais ao sul da América Portuguesa, no que hoje é o Rio de Janeiro, identificado pela descrição do rio Paquequer. O romance tem como pano de fundo um acontecimento central: em 1604, o filho de D. Antonio, D. Diogo de Mariz, mata uma indígena Aimoré enquanto caçava, transformando a relação do patriarca com os indígenas, apresentada como amigável, em uma guerra em que a vingança é o motor principal para a destruição da família do colono.

Pery, indígena Goytacaz, aparece na história como um “amigo” de D. Antonio e, durante a narrativa, é diversas vezes descrito como um “rei da floresta”, exaltado pelas suas habilidades enquanto um conhecedor das matas. Sua primeira aparição se dá em um embate com uma onça para “divertimento” de sua senhora Cecilia. Além disso, Pery é chamado por D. Antonio como um “cavalheiro portuguez no corpo de um selvagem” (ALENCAR, 1857, p. 75) por seu grande heroísmo e por sua dedicação ao bem estar de Cecilia. Pery é representado

pelo narrador como sendo um grande herói da brasilidade, homem que agrega seus conhecimentos sobre as matas brasileiras com os princípios de um bom cavaleiro português.

Pery se torna próximo à família Mariz a partir do seu súbito aparecimento quando Cecília se vê em risco no capítulo intitulado “A senhora”, surgindo no meio da floresta e livrando Cecília de uma morte iminente. Logo após o acontecimento, o indígena se torna o guardião de quem chama “sua senhora”, fazendo todas suas vontades, se colocando em riscos mortais, além de manipular a natureza ao redor para que nada atrapalhasse sua felicidade. Sua submissão a Cecília é afirmada em muitas outras passagens. Não importando o que queira ou pense querer, o indígena fazia de tudo para satisfazer seus desejos:

- O semblante do selvagem annuviou-se.
— Tu, senhora, zangada com Pery ! Porque?
— Porque Pery é máo e ingrato; e em vez de ficar perto de sua senhora, vai caçar em risco de morrer! disse a moça resentida.
— Cecy desejou ver uma onça viva!
— Então não posso gracejar ? Basta que eu deseje uma cousa para que tu corras atrás della como um louco ?
— Quando Cecy acha bonita uma flor, Pery não vai buscar ? perguntou o indio.
— Vai, sim.
— Quando Cecy ouve cantar o Soffrer - Pery não o vai procurar?
— Que tem isso?
— Pois Cecy desejou ver uma onça, e Pery foi buscar. (ALENCAR, 1857, p. 100)

Alencar cria um herói submisso a sua senhora, uma submissão voluntária, que entrega sua vida por vontade própria, não esperando nada além da alegria de Cecy:

- Cecília correu ao seu quarto e trouxe o rico par de pistolas que havia encomendado a Álvaro.
— Olha ! Pery não desejava ter umas ?
— Muito!
— Pois aqui tens! Tu não as deixarás nunca porque são uma lembrança de Cecília, não é verdade?
— Oh! o sol deixará primeiro a Pery, do que Pery a ellas.
— Quando correres algum perigo, lembra-te que Cecília as deo para defenderem e salvarem a tua vida.
— Porque é tua, não é, senhora ?
— Sim, porque é minha, e quero que a conserves para mim.
O rosto de Pery irradiava com o sentimento de um gozo immenso, de uma felicidade infinita ; metteo as pistolas na cinta de pennas e ergueo a cabeça orgulhoso, como um rei que acabasse de receber a uncção de Deus.
Para elle essa menina, esse anjo louro, de olhos azues, representava a divindade na terra; admiral-a, fâzel-a sorrir, vê-la feliz, era o seu culto ; culto santo e respeitoso em que o seu coração vertia os thesouros de sentimento e de poesia que transbordavão nessa natureza virgem. (ALENCAR, 1857, pp. 102–103)

Sua adoração por Cecy faz com que sua vida seja de sua senhora. Mesmo que ela diga que Pery é seu amigo, ela o trata como escravizado, que faz suas vontades e que mesmo se envenenando — Pery, grande conhecedor das plantas nacionais se envenena, pois sabe que os aimorés comem os guerreiros vencidos em forma de comemoração — para salvar a família Mariz, teve que desistir da empreitada por ser contra a vontade da moça.

O momento de maior confiança de D. Antonio em Pery é quando, sem esperança de conseguir salvar sua família da ira dos Aimoré, enxerga no indígena uma oportunidade de salvar sua filha legítima. Pery havia criado um plano de fuga para D. Antonio e Cecilia, porém, o fidalgo se recusa e pede para Pery leve sua filha para o Rio de Janeiro, ao encontro de D. Diogo. Pery recebe então o batismo e o nome de D. Antonio Mariz para que assim seja legítima sua ida para a floresta com Cecilia.

Emquanto o espirito do fidalgo se debatia nessa luta cruel, Pery, de pé junto de Cecilia, parecia querer ainda protegê-la contra a morte inevitável que a ameaçava.

[...]

Atravessou o espaço que o separava de sua filha, e, tomando a mão de Pery, disse-lhe com uma voz profunda e solemne:

— Se tu fosses christão, Pery!...

O indio voltou-se extremamente admirado daquellas palavras.

— Porque? perguntou elle.

— Porque?... disse lentamente o fidalgo.

Porque se tu fosses christão, eu te confiaria a salvação de minha Cecilia, e estou convencido de que a levarias ao Rio de Janeiro, á minha irmã.

O rosto do selvagem illuminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podião articular o turbilhão de palavras que lhe vinhão do intimo d'alma.

— Pery quer ser christão ! exclamou elle.

D. Antônio lançou-lhe um olhar humido de reconhecimento.

— A nossa religião permite, disse o fidalgo, que na hora extrema todo o homem possa dar o baptismo. Nós estamos com o pé sobre o túmulo. Ajoelha, Pery!

O indio cahio aos pés do velho cavalleiro, que impoz-lhe as mãos sobre a cabeça.

— Sé christão ! Dou-te o meu nome.

Pery beijou a cruz da espada que o fidalgo lhe apresentou, e ergueo-se altivo e sobranceiro, prompto a affrontar todos os perigos para salvar sua senhora.

(ALENCAR, 1857, quarta parte, pp. 102–103)

Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez apresenta a concepção de que Pery está no limite entre o civilizado e o outro a partir de uma síntese: O batismo de Pery confirma a personalidade de herói nacional que por toda narrativa é moldada a ser

Se, no romance, Peri é elevado à categoria de um semideus, e apontado, inúmeras vezes, como o rei das selvas; é, também, um cavalleiro, não só por suas gentilezas com Cecilia – registradas em atos e em palavras –, como porque D. Antônio batiza-o na fé cristã, dando-lhe seu próprio nome. Como rei da floresta brasileira, Peri atende

à exigência de nobreza do herói épico; como cristão e cavaleiro, torna-se um civilizado, ou seja, deixa de ser o outro exótico e pode ser assimilado como herói brasileiro. Além do mais, como lembra a pesquisadora da obra alencariana, Valeria De Marco, em seu artigo “O romance histórico de Alencar”, “Peri conquista a condição de herói onipresente não apenas por sua força, mas, sobretudo, por sua inteligência e por sua condição de depositário do saber acumulado por sua raça” (GUTIÉRREZ, 2009, p. 10)

Mesmo sendo um indígena – o outro –, Peri além de ser sempre solícito em salvar sua senhora e fazer suas vontades, também busca estar em harmonia com a família Mariz. Com uma forte noção de submissão, além de ser o personagem conciliador e mito unificador da brasilidade, além dos seus momentos heróicos, o narrador fortifica a visão de submissão por sua timidez e sua consciência de ser de uma “raça inferior”:

[...] Emquanto fallava, um assomo desse orgulho selvagem da força e da coragem brilhava nos seus olhes negros, e dava uma certa nobreza ao seu gesto. Embora ignorante, filho das florestas, era um rei; tinha a soberania do mando, a primazia da sua tribo; era rei pelo direito do mais forte. Apenas concluiu, a altivez do guerreiro desapareceu; ficou tímido e submisso; já não era mais do que um bárbaro em face de creaturas civilizadas, cuja superioridade de educação o seu instinto reconhecia. (ALENCAR, 1857, pp. 26–27)

Enquanto isso, a descrição da população Aimoré está ligada a uma irracionalidade, movidos somente pela emoção, sendo uma “raça degenerada”, além de cenas muito animalescas sobre seus rituais de guerra:

Nesse momento os Aymorés preparavam settas inflmáveis para incendiarem a casa de D, Antonio de Mariz ; não podendo vencer o inimiga pelas armas, contavam destruí-lo pelo fogo.
[...]
Emquanto se ocupavam com esse trabalho, um prazer feroz animava todas essas physionomias sinistras, nas quaes a braveza, a ignorância e os instinctos carniceiros tinham quasi de todo apagado o cunho da raça humana. (ALENCAR, 1857, pp. 138–139)

Alencar pontua nessa parte a desigualdade de forças entre os brancos e os indígenas, como uma forma de colocar sempre a população local em desvantagem na força bélica e por isso são tratados como os próprios responsáveis por sua “extinção”, isentando os portugueses, assim, de seu extermínio. Na narrativa, para que houvesse uma vitória dos Aimoré — raça considerada inferior ao branco — o fogo teve de ser utilizado como uma forma de não bater

de frente com os colonizadores, por saberem que as armas de fogo seriam “superiores” aos seus equipamentos bélicos.

O narrador vai até o epílogo lembrando ao leitor a condição de moça ingênua e inocente: “Cecilia era uma menina ingênua e innocente, que nem sequer tinha consciência do seu poder, e do encanto de sua casta belleza ; mas era filha de Eva, e não podia se eximir de um quasi nada de vaidade” (ALENCAR, 1857, segunda parte, pp. 46–47), um exemplo de moça recatada, mas que por ser filha de Eva estava sempre a mercê de buscar na fraqueza dos homens sua força, ou de se sentir vaidosa por ter a submissão de um indígena. Além de sua inocência, Cecilia por vezes foi chamada de “travessa” por ser uma moça infantilizada e mimada pelos homens ao seu redor. Se considerarmos o debate proposto pela filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (2017), ainda no final do século XVIII, sobre a posição feminina dentro da sociedade burguesa que se configurava no período, Cecilia traz atributos de uma mulher com virtudes passivas, com um endeusamento e infantilização de sua figura tanto pelo narrador como pelos outros personagens.

Isso fica ainda mais evidente quando olhamos para a relação entre Cecilia e Isabel, vistas pela óptica de suas raças dicotômicas:

Na tarde desse mesmo domingo em que tantos acontecimentos se tinham passado, Cecilia e Isabel saíam do jardim com o braço na cintura uma da outra. Estavam vestidas de branco; ambas lindas, mas cada uma de sua belleza diversa; Cecilia era a graça; Isabel era a paixão; os olhos azues de uma brincavam; os olhos negros da outra brilhavam. O sorriso de Cecilia era como uma gota de mel e perfume que distillavam os seus lábios mimosos; o sorriso de Isabel era como um beijo ideal, que fugia-lhe da bocca e ia roçar com as suas azas a alma daquelles que o contemplavam. Vendo-se aquella menina loura, tão graciosa e tão gentil, o pensamento elevava-se naturalmente ao céu, despiam-se do seu envolver material e lembrava-se dos anjinhos de Deus. Admirando-se aquella moça morena, tão languida e tão voluptuosa, o espirito apegava-se á terra; esquecia o anjo pela mulher, e em vez do paraíso, lembrava-se de algum desses retiros encantadores, de algum desses berços de reiva, onde a vida é um breve sonho. (ALENCAR, 1857, segunda parte, pp. 129–130)

O narrador apresenta essa oposição de cor entre Cecilia e Isabel a partir de uma ideia cara a mulheres não brancas, por serem tratadas a partir de um lugar de hipersexualização de seus corpos, em oposição a uma divinização da mulher branca, que traz as virtudes sociais esperadas de uma mulher em seu corpo. Cecilia se diferencia de seus familiares por ter uma

relação de tutela com Isabel, tratando-a com carinho e atenção, sem saber que a moça que tem por sua prima na verdade é uma irmã ilegítima de uma relação de seu pai com uma indígena em uma de suas expedições ao sertão do país.

Cecilia é retratada como uma espécie de anjo, que desperta sentimentos fortes nos homens ao seu redor. Pery, por exemplo, a diviniza, sendo assemelhada pelo indígena com a figura de Nossa Senhora, enquanto Alvaro, tem por ela o sentimento de um amor não correspondido e até mesmo controverso. Já o frade³² carmelita renegado Loredano também sente por ela o pulsar de sentimentos que foram adormecidos pelo celibato. Mesmo tendo a liberdade para ser uma moça sapeca, e que instigue esses sentimentos avassaladores nos outros personagens, o narrador nunca deixa de confidenciar ao leitor a “pureza” da jovem e o impacto que ele tem nos outros personagens:

O italiano ergueo-se pallido.

Não se animava a tocar naquella corpo tão casto, tao puro; não podia fitar aquella physionomia radiante de innocencia e de candura. Mas o tempo urgia, Fez um esforço supremo sobre si mesmo; firmou o joelho á borda do leito, fechou os olhos e estendeo as mãos. (ALENCAR, 1857, p. 49)

Sendo a personagem que traz uma figura de branco pacífico juntamente com seu pai, Cecilia é importante para contrapor aos instintos sexualizados que o narrador atribui a Isabel. Cecilia aparece enquanto uma figura de pureza e castidade, a bondade em pessoa que trata os batizados enquanto irmãos de fé, como acontece depois de Pery ser convertido. Em uma narrativa de um período conflituoso, Cecilia é a síntese da forma que os brancos tinham dos indígenas, com medo e receio até uma assimilação pela miscigenação no fim da narrativa.

3.3 O Guarani: Isabel, a filha de duas raças inimigas

Tratando agora da irmã de Cecilia, Isabel não tem uma personalidade descrita pelo narrador, e a única descrição de sua personalidade diz respeito à timidez, mas sempre lembra de como sua presença traz toda a lascividade como uma forma pejorativa da personagem

³² Que também conhecemos pelo nome de frei Ângelo di Luca que foi dado como morto logo depois de uma tragédia durante uma tempestade nas matas brasileiras.

Isabel. É uma moça mais velha que Cecília, mas não é dito quantos anos teria. Desde sua primeira aparição é reduzida somente ao seu corpo:

Neste ponto do seu sonho, a portinha interior do jardim abriu-se, e uma outra moça, roçando apenas a gramma com o seu passo ligeiro, aproximou-se da rede. Era um typo inteiramente diferente do de Cecília ; era o typo brasileiro em toda a sua graça e formosura, com esse encantador contraste de languidez, de malícia, e de vivacidade ao mesmo tempo. Os olhos grandes e negros, o rosto moreno e rosado, cabelos pretos, lábios desdenhosos, sorriso provocador, davão a este rosto um poder de sedução irresistível. (ALENCAR, 1857, primeira parte, p. 46)

Isabel representa a síntese do português com uma indígena, sendo sempre representada enquanto uma mestiça que desperta os desejos do homem branco, e que se assemelha à imagem da *mulata*, figura muito presente no imaginário brasileiro. Eduardo de Assis Duarte (2010) apresenta a ideia de que a *mulata* se caracteriza na história brasileira enquanto um *corpo disponível* que está confinada ao império dos sentidos e trejeitos da sedução, ainda acrescenta:

Via de regra, desgarrada da família, sem pai nem mãe, e destinada ao prazer isento de compromissos, a mulata construída pela literatura brasileira tem sua configuração marcada pelo signo da *mulier fornicaria* da tradição europeia, ser noturno e carnal, avatar da meretriz. (DUARTE, 2010, pp. 24–25)

A mulher não branca é descrita pelos homens brancos enquanto um objeto de desejo para o prazer masculino. Como aqui é descrito, Isabel é desprovida de personalidade. O narrador sempre foca em fazer comparações entre as duas irmãs e em como todos ao redor diferenciam as formas de tratamento entre as duas. A forma que os personagens tratam Isabel é importante para compreendermos a oposição que existia nessa discussão da mestiçagem nos séculos anteriores, apresentada por Munanga, como uma modificação intencional do pensamento político sobre a mestiçagem:

É importante sublinhar os preconceitos raciais associados a essa diversidade de definições. Com efeito, o caráter híbrido e a ambiguidade do mestiço são ressentidos como incômodos. O termo “mulato”, do espanhol *mulo* tem nitidamente uma conotação mais pejorativa do que o termo “mestiço”, pois, no século XVIII, os índios tiveram uma certa revalorização através do mito do bom selvagem de J. J. Rousseau e da aceitação das civilizações incas e maias. A etimologia é um pretexto cômodo para insistir sobre o aspecto animal do fenômeno. Mais tarde, nota-se uma certa evolução da enciclopédia e seus suplementos, caracterizada pela passagem de

uma concepção negativa (a hibridade animal, consequência da imoralidade de alguns brancos) a uma concepção positiva (sendo o mestiço considerado como um indivíduo fisicamente mais vigoroso). É provável, segundo alguns autores, que essa versão positiva se deva a motivos econômicos e políticos: o mulato livre era um consumidor, além de ajudar na repressão e na captura dos escravos fugitivos. (MUNANGA, 2019, pp. 26–27)

Isabel aparece aqui, como nesse primeiro momento, de concepção negativa da falha de D. Antonio, trazendo essa culpa por sua falha e isso reverbera nas relações como é o caso de d. Lauriana, que deposita seu ódio em sua enteada como se ela fosse a representação da imoralidade de seu marido. Ao mesmo tempo, Isabel não tinha uma boa relação com Pery, único indígena que teve contato além de sua mãe. Conforme o narrador, tratava-se de “[...] uma antipathia que começara desde o momento em que se virão, e que cada dia augmentava” (ALENCAR, 1857, primeira parte, p. 103). Em outro momento, conversando com Alvaro, Isabel descreve sua relação com os demais da seguinte forma:

— Sabeis o que eu sou ; uma pobre orphan que perdeu sua mãe muito cedo, e que não conheço seu pai. Tenho vivido da compaixão alheia; não me queixo, mas soffro. Filha de duas raças inimigas devia amar a ambas; e entretanto minha mãe desgraçada fez-me odiar à uma, o desdem com que me tratão fez-me desprezar, a outra.

— Pobre moça! murmurou Alvaro lembrando-se segunda vez das palavras de D. Antonio de Mariz.

— Assim isolada no meio de todos, alimentando apenas esse sentimento amargo que minha mãe deixára no meu coração, sentia a necessidade de amar alguma cousa. Não se pôde viver sómente de ódio e desprezo !... (ALENCAR, 1857, segunda parte, pp. 145–146)

Isabel não sabe que é cuidada por seu pai, mas compreende muito bem o desdém com que as pessoas ao seu redor a tratam por ser uma órfã fruto de um pecado, que ela representa a “imoralidade” de d. Antonio, e que ao mesmo tempo que não pode ficar com sua mãe por ser o símbolo que a ligava a uma sociedade branca. Isabel é o símbolo da conotação negativa descrita por Munanga sobre a mestiçagem e sofre as consequências desse problema, não sendo amada, recebendo somente o desprezo dos brancos ao seu redor, além do ódio que sente por suas origens indígenas. Tendo essa necessidade de apagamento cultural, sendo uma moça que tem a mesma educação e fervor na religião como sua irmã, mas que sua presença sempre é descrita pelo narrador como uma dicotomia, trazendo uma branquidade e pureza em Cecilia, enquanto que Isabel é considerada o símbolo da promiscuidade por ser mestiça.

Para Alencar, a mulher branca está relegada à beleza, fragilidade e que inspira amor e proteção, enquanto que para a mulher mestiça é relegado o fatal, sedutor e que geralmente leva à morte (FREITAS, 2008, p. 89). Com a morte de Isabel e Alvaro, a noção da morte também está ligada a uma noção de infertilidade, como falado por um proprietário de escravizado na Jamaica, Edward Long que defendia a origem entre brancos e negros eram distintas, pois para ele “[...] cruzar os mulatos, estes não eram capazes de reproduzir sua espécie, prova de que pertencem ao gênero das mulas” (MUNANGA, 2019, p. 33).

3.4 *As minas de prata e a pureza do amor de Estacio e Inezita*

Anos após a publicação de *O guarani*, Alencar anunciou sua continuação, o romance *As minas de prata*³³, dividido em seis partes, encomendado e incentivado pelo seu amigo Quintino Bocaiúva (ALENCAR, 1893, p. 52). O romance desenvolve uma questão que ficou inacabada no primeiro romance: tendo sido encontrado o roteiro das minas de prata de Robério Dias³⁴, D. Diogo de Mariz envia uma carta à família do fidalgo na Bahia, o filho de Dias, Estácio Correa, que buscava encontrar as jazidas para devolver a honra ao nome de seu pai. A prosa também é composta por um narrador onisciente e onipresente, com um enredo mais extenso e com uma maior descrição sobre os acontecimentos; através da história, viajamos por diversas temporalidades e localidades para podermos compreender a trama principal.

As minas de prata está majoritariamente ambientado na cidade de Salvador, capital da colônia portuguesa, no ano de 1609. A trama principal é a história de Estácio Correia — filho de Robério Dias e neto de Moribeca — em sua busca dos filões de prata que teriam sido encontrados por seu avô, mas cujo roteiro havia sido perdido, o que teria comprometido a honra de sua família. Enquanto Estácio busca encontrar as jazidas antes que elas possam ser encontradas pelo jesuíta Padre Molina, o herói também tem de passar por diversos obstáculos para casar-se com sua amante, Inezita.

³³ Logo depois sendo retirada a menção ao romance anterior.

³⁴ Importante destacar que Robério Dias e o roteiro foram tirados do terceiro número da Revista do IHGB em 1839, que culminou na expedição do cônego Benigno José de Carvalho e Cunha que em 1841 foi noticiado a descoberta das minas na atual localidade da Chapada Diamantina (BA). (FREITAS, 2008, 53; 2009, pp. 14–15)

O nosso herói aqui já não é mais o indígena e sim um mestiço. Ao longo da narrativa o narrador nos conta da descendência de Estácio Correa e a diferença não só econômica como também de descendência entre o casal romântico:

Sr. Estacio Dias, digo-vos que em tempo e caso algum obtereis a mão de minha filha!

Estacio ficou um instante fulminado sob essa recusa formal e terminante; mas logo recobrando a calma:

— Poderei saber a causa de uma tão dura condenação?

— Melhor fôra callar; mas por ella julgareis de minha sinceridade. D. Ignez de Aguilar pertence á melhor nobreza das Hespanhas para se alliar com a descendência bastarda de um simples cavalleiro portuguez, em cujas veias corre uma mistura de sangue gentio. Quanto ás honras que possam vir em troca das minas, serão, caso se realisem, nobreza de mercador, e não verdadeira fidalguia de linhagem. (ALENCAR, 1866a, p. 295)

A fala de d. Francisco de Aguilar destaca o pensamento a respeito da mestiçagem enquanto uma disparidade entre o casal: ter sangue *gentio* tornava Estacio inelegível para ser o pretendente de sua filha. Para Sommer, esses obstáculos entre o amor do casal têm uma função importante para a narrativa:

E cada obstáculo encontrado pelos amantes serve para aumentar mais do que seu desejo mútuo de se tornar um casal, mais do que nossa própria paixão voyeurista, mas sentida de modo aguçado; cada obstáculo também aumenta o seu/nosso amor pela Nação possível, em que esse caso de amor poderia se consumir. (SOMMER, 2004, p. 67)

O amor entre Ines e Estacio como um amor impossível é descrito por Sommer enquanto estimulador de uma nacionalidade, pois é a partir do final feliz do casal que podemos compreender uma forma brasileira. Mas o mais importante para compreender dessa junção entre amor romântico, é sintetizado por Sommer com as proposições do filósofo francês Michel Foucault sobre a história dos corpos sexuais, e de Benedict Anderson, com o estudo dos corpos nacionais:

Foucault compreende seu projeto como "histórias de corpos" (Foucault, 152) - corpos não marcados pelo gênero que não traem a antiga convenção que marca o território como feminino -, de modo análogo ao projeto de Anderson, que é um estudo de corpos nacionais. Com que assumindo o discurso um do outro como sua própria base estável, Foucault mapeia os corpos sexuais como lugares de produção nacional e de vigilância governamental, enquanto Anderson se espanta com o apego libidinal que temos ao corpo político. O século XVIII é lembrado não apenas por racionalizar o sexo (Foucault, 23-24), mas também por desenhar mapas como o logos (o lócus, também?) do desejo. (p. 56)

Sendo assim, podemos dizer que Alencar utiliza mais uma vez de formas europeias para legitimar uma produção nacional ao mesmo tempo em que reafirma uma normatividade

sexual, a heterossexualidade. A sexualidade é o amálgama que reafirma um nacionalismo produtivo e a noção de uma ordem social, em que os casais superam a necessidade nacional de novos habitantes.

(...) a nação se forja nesses romances através de relacionamentos amorosos e eróticos de suas personagens principais, que determinam modelos de relacionamento e comportamento. O ponto crucial destes romances, no entanto, além de suas propostas de independência literária de suas nações e normatização das relações, é a necessidade dos mesmos de lidar com o passado colonial comum ao continente. Escrever a gênese da nação significava escrever sobre o contato do indígena com o branco, buscando o que havia de original nessas populações que justificassem o rompimento dos laços com as metrópoles européias e seu status de nação. (FREITAS, 2008, pp. 16–17)

Inezita compreendia que a influência paterna comandava seus passos na terra e como cristã seguia o “Dez Mandamentos” da lei de Deus, na qual encontramos a quarta lei: “honrar pai e mãe” e assim o faz em todo romance como podemos encontrar na passagem

No seguinte dia, indo á Nazareth, teve Christovão com Inezita este curto dialogo:
- Dizei-me, D. Inez!... Tendes alguma esperança de que D. Francisco consinta um dia em vosso casamento?...
Inezita sorriu:
- A esperança é o folego d'alma; quando ella se apaga, não ha mais vida ahi!... Mas bem sei eu que só um milagre pôde obter isso de meu pae.
- E sem esse consentimento não sereis esposa do homem a quem amaes?
- Na terra, não.
- Oh! Se lhe quizesseis como vos elle quer!
- Tudo quanto era meu lhe deu, pois só vivo d'elle!... Minha pessoa não me pertence, mas a meu senhor e pae. Subtrahi-la á seu poder só o pôde Deus, meu creador!... (ALENCAR, 1866b, pp. 264–265)

Sendo assim, a heroína do romance busca demonstrar sua passividade ao pai, mas isso também dá subsídios para transformar o romance ainda mais impossível, ainda mais épico. É também o exemplo de amor romântico que sacrifica (só não é bem sucedido) sua vida em nome do amor que não seria possível nesse mundo. Quando D. Francisco de Aguiar, em conversa sobre um possível casamento com Estacio, responde a sua esposa e mãe de Inez, d. Ismenia, ele profere a seguinte frase: “Senhora, não proferi estas loucas palavras; que são praga contra a filha nossa. Pois eu vos juro que se tal acontecesse a maldicção paterna a perseguiria pela eternidade!...” (ALENCAR, 1866b, p. 207), o que faz Inezita declarar seu futuro

Quando Inezita voltou á si ouviu-lhe Christovão um mavioso queixume :
— Só me resta morrer!...
— Animo e esperança! acodiu Christovão.

— Jamais, jamais serei de Estacio na terra! murmurou ella estremecendo ainda á voz da maldição paterna. (ALENCAR, 1866b, p. 208)

E é a partir da “maldição paterna” sobre sua união com Estacio que Inezita escolhe se manter fiel a seu amor, mesmo aceitando a ideia de se casar com outro, por meio do suicídio. Para Silvia Vitoria de Oliveira (2001) mesmo que Inezita demonstre total submissão ao seu pai ao longo da narrativa, a ideia de suicídio da heroína demonstra contrariedade ao desejo do pai, sendo uma forma de resistência à autoridade terrena do pai, sem necessitar lidar com as consequências em vida.

Por toda abnegação do casal durante a obra, as honrarias e a plena felicidade no final do romance estão limitadas ao casal Estácio e Inezita, pois mesmo nos maiores desesperos e sem perspectivas de ter uma vida conjugal, não deixaram de seguir as virtudes e costumes cristãos para que pudessem ter o merecimento divino mesmo que depois da morte. O mesmo não acontece com os amigos do casal, Cristóvão e Elvira, que acabam passando dos limites impostos socialmente e tendo um amor pálido e morno por seus pecados cometidos (MARCO, 1985, p. 141). Isso faz o potencial suicídio de Inezita algo ainda mais romântico, mais épico, quando contemplado.

3.5 As minas de prata: Joanhina, a mulatinha que se fechou no convento

Joanhina é representada como uma moça alegre e sedutora, longe de todas as obrigações familiares, por ter sido criada pela parteira da cidade, pois foi abandonada quando nasceu. Não tem nenhum parentesco com Inezita, porém com o passar da narrativa descobrimos que é filha de uma respeitada família da capital e que foi concebida através de um “estupro corretivo”, quando D. João de Ataíde descobre ser traído por sua esposa, d. Violante de Ataíde manda um negro que foi comprado para a função específica de estuprá-la e logo após, o escravizado foi enterrado vivo:

O lado trágico está no seu nascimento, na vida de trabalho difícil de mulata livre e na sua reclusão ao convento, no final do romance. E, como se fosse pouco, as circunstâncias da concepção de Joanhina — forma diabólica para punir o adultério feminino — demonstram como os brancos estabeleciam total identidade entre negros e animais. Mas não é só o mundo animal da senzala que aparece no texto. Como Joanhina é mulata livre que vive de seu trabalho, ela desenvolve não só habilidades manuais, mas também soltura e traquejo verbal. Aprende a dissimulação e a arte de falar e contar. (MARCO, 1985, p. 138)

Joaninha é inserida na narrativa como o estereótipo da "princesa moura", pertencendo a introdução das batalhas que viriam a seguir que iria comprovar a valentia do herói:

Vinha na frente um truão coberto de guisos, fazendo esgares e tregeitos que provocavam o riso da multidão; seguiam dous mouros arrastando as curvas cimitarras; outros dous caminhavam ao lado de um palanquim conduzido por negros vestidos como eunuchos, sobre o qual vinha sentada uma mulatinha de dezoito annos.

Era um typo brasileiro, crusamento de tres raças; americano nas fôrmas, africano no sangue, europco na gentileza. O moreno suave das faces, os grandes olhos negros e rasgados, os dentes alvos engastados no sorriso lascivo, o requebro languido e sensual do porte seductor sob o traje oriental, davam-lhe ares de verdadeira sultana. Véo branco e transparente, preso ao ayrão dourado, descia-lhe sobre o rosto, avivando mais o brilho dos olhos e o carmim dos lábios; as calças largas de tafeté, cerrando no artelho de uma perna bem torneada, deixavam admirar o pé delgado por entre o bordado da alparca de seda; o saiote de cassa da índia, preso ao justilho de renda, desapparecia sob a cabaia amarella, semeada de arestas de prata, que lhe cahia dos hombros. (ALENCAR, 1865b, pp. 40–41)

Em uma sociedade escravocrata como a brasileira, a personagem Joaninha é descrita como uma *mulata* livre que trabalha como contadora de histórias e vendedora de quitutes. Não há informações sobre uma possível carta de alforria e encontramos aí uma grande curiosidade sobre como ela exercia seu trabalho livre dentro de uma sociedade escravocrata, em que a condição do negro seria condicionada ao cativo. Mesmo sendo filha de uma família nobre, o narrador deixa explícito a ideia de que ninguém além de Vaz Caminha sabe da sua verdadeira história de vida.

A questão de escravidão no pensamento do autor nos faz rememorar as discussões anteriores sobre uma hierarquia social em que para ter a liberdade, a população negra deveria ser civilizada

Sendo assim, para o autor, a liberdade poderia tornar-se um pesado fardo para o ex-escravo. Ele seria incapaz de carregá-lo. As condições de embrutecimento que lhe suprimiam as capacidades por si só o colocariam numa situação pior do que aquela em que se encontrava há três séculos. Vê-se, a partir dos discursos, o quanto a emancipação era tema carregado de fundamentos morais, econômicos e, principalmente, político-sociais. Em Alencar, a escravidão tinha uma função formadora do caráter do negro. Ela o estava preparando para a liberdade. Esta última deveria ser então, não uma punição, mas o símbolo máximo da civilização. Resta-nos saber que liberdade e que civilização são essas. (SIMÕES, 2011, p. 185)

Joaninha não está ligada à lógica do cativo, a civilização proposta na história para a personagem foi a sua ida ao convento, abnegando-se da vida por ter perdido seu amor de forma trágica: “o amor de Joaninha inspirou a negação de sua individualidade, já que ela

sacrificou a sua existência em prol do ente amado, abdicando, portanto, da possibilidade de viver o seu próprio amor e sua própria vida em sociedade.” (OLIVEIRA, 2001, p. 63)

É apaixonada pelo pajem de Estácio, Gil, mas espera que ele tenha uma idade adequada (15 anos) para demonstrar seus reais sentimentos a ele. E joga de um penhasco Anselmo — um homem que é apaixonado por ela e por não ter o amor correspondido — depois que ele assassina o seu grande amor. Como promessa ao Santo Gil para salvar o seu amado, se recolheu ao convento, pois sem seu amor se nega a vivenciar sua liberdade.

Sendo uma personagem que tem muitas reviravoltas durante a narrativa, Joaquina descobre que é irmã de D. Fernando de Ataíade - primeiro pretendente de Inezita. Quando Vaz Caminha (conselheiro de Estácio) descreve para Joaquina sobre seus pais ainda avisa para ela que era herdeira de uma grande fortuna. A personagem utiliza da fortuna para fazer uma capela para D. Gil.

3.6 *As mulheres atemporais e vaidosas*

A análise nessa parte foca-se na descrição que o narrador faz das personagens femininas separadamente, mas também dos momentos em que julga os valores sociais sobre as mulheres. É importante destacar que neste momento não haverá uma separação de raça, pois as generalizações feitas pelo autor contemplam em alguns momentos as descrições e ações das personagens mestiças.

Para começar, é necessário compreender que as histórias das personagens giram em torno das vidas e das escolhas masculinas, como é o caso de Isabel que morre com seu amado, Alvaro, a vontade de Pery em salvar Cecília para que não sucumbisse com o ataque dos aimorés, ou até mesmo o final da Joaquina que vai para um convento depois da morte de Gil.

Além desse ponto, quando focamos no casal de heróis, vemos a utilização de Cecília e Inezita enquanto troféus no final da narrativa, pelos feitos dos heróis

[...] quem ousaria falar noutra coisa senão “o mais verdadeiro, o mais santo amor”? O certo, entretanto, é que os rapazes são *todos* pobres e as amadas muito ricas, filhas de grandes comerciantes e fazendeiros. A capacidade de observação levou o romancista a discernir o conflito da condição econômica e social com a virtude, ou as leis da paixão; o seu idealismo artístico levou-o a atenuar o mais possível as

conseqüências do conflito, inclusive no *happy-end* da forte história de conspiração pelo dinheiro, que é *Senhora*. (CANDIDO, 2000, pp. 205–206)

Para Candido, essa diferença entre os heróis e as heroínas funciona como uma lógica de merecimento, pois para tê-las os heróis precisam ter qualidades que os torne dignos: Estacio além de ir desbravar os sertões brasileiros, também impede uma invasão holandesa e é um dos melhores cavaleiros da colônia; já Pery, é sobre-humano, luta com onça, se coloca para ir a um abismo com vários animais venenosos, luta contra um veneno fatal, contra a natureza e contra qualquer um que ouse tirar o sorriso de Cecy; além da grande luta em que os dois enfrentam contra o “mal” e contra a ambição de Loredano e Molina. Muito além desses grandes feitos, Estacio no final da narrativa consegue recuperar a honra familiar e vencer o seu rival, enquanto Pery consegue salvar Cecília de vários perigos, se mostra como um grande cavaleiro — mesmo sendo um nativo — e no final da narrativa se converte ao cristianismo para que pudesse salvar sua senhora. Para Angela Gutiérrez, contudo, esses feitos são conduzidos pelas heroínas no segundo plano, Alencar “[...] apresenta um herói condutor das principais ações e representativo, do ponto de vista alegórico, do povo brasileiro; cria uma figura feminina de relevo: se Peri conduz as ações, Ceci o conduz; [...]” (GUTIÉRREZ, 2009, p. 10), pois os feitos dos heróis estão condicionados ao desejo de serem premiados pelas heroínas. Enquanto Pery é o *escravo* submisso que faz todos os desejos de Cecília, Estacio busca na narrativa modificar a honra de sua família e influenciar dom Francisco para aceitar o casamento entre os dois. Na narrativa analisada, P. Molina também apresenta essa ideia de que dominação feminina voltada ao ambiente doméstico:

— Li algures, P. Ignacio, que as mulheres governam metade dos homens; e essa metade governa a outra. Quem tivesse o poder de dirigir a consciência desse ente frágil, dominaria o mundo! (ALENCAR, 1865b, p. 25)

A função feminina é importantíssima para a política brasileira, segundo Molina, por serem as mulheres que governam a consciência masculina. Podemos então excluir suas preocupações de qualquer outro assunto que não sejam aquelas de seus amados. Além disso, os narradores dos dois romances apresentam ao leitor o ego feminino, que busca se sentir superior aos homens considerados fortes

Aquella alma selvagem, livre como as aves que plainavão no ar, ou como os rios que corrião na várzea; aquella natureza forte e vigorosa que fazia prodígios de força e de coragem; aquella vontade indomável como a torrente que se precipita do alto da serra; prostava-se aos seus pés submissa, vencida, escrava.

Era preciso que não fosse mulher para não sentir um assomo de orgulho em dominar essa organização, e brincar com a força, obrigando-a a curvar-se diante do seu olhar, a humilhar-se cora uma palavra. ,

As mulheres têm isso de particular; reconhecendo-se fracas, a sua maior ambição é reinar pelo íman dessa mesma fraqueza, sobre tudo que é feite, grande e superior a ellas: não amão a intelligencia, a coragem, o genio, o poder, senão para vencêl-os e subjugal-os.

Entretanto a mulher deixa-se bastantes vezes dominar; mas é sempre pelo homem que, não lhe excitando a admiração, não irrita a sua vaidade e não provoca por conseguinte essa luta da fraqueza contra a força.

Cecilia era uma menina ingênua e innocente, que nem sequer tinha consciência do seo poder, e do encanto de sua casta belleza ; mas era filha de Eva, e não podia se eximir de um quasi nada de vaidade. (ALENCAR, 1857, pp. 46–47)

Também encontramos falas parecidas no romance *As minas de prata*, em que padre Molina justifica sua ideia a partir de tal pensamento

— Ora pense o P. Iguacio... Não seria bem possível que a mão frágil de uma donzella quebrasse a soberbia do governador poderoso, que pretendem ser de tão rija tempera ? Tem se visto destes milagres; David matou Goliat, e bastou para tanto uma pequena pedra.

— Faz máo júizo de D. Ignezo P. Molina: é donzella de muito recato que estimam quantos a conhecem pelas prendas e virtudes.

— Nem avanço o contrario ; mas o P." Ignacio hade concordar comigo que no fundo do coração da mulher mais virtuosa, lá existe um átomo de vaidade, como brasa em borralho. Um sopro, e verão a chamma atear-se.

— Quer com isto dizer que a julga capaz de galanteios taes!...

— Quero dizer que o confessor de D. Ignez seria um máo servo de Deos, si dentro em quinze dias não tivesse o governador em sua mão.

— E a virtude dessa donzella, P. Molina, não a leva em conta.

— Que entende V. Paternidade por virtude? O frade embatucou com a pergunta ; fitou os olhos sorpresos no companheiro, que sorria com a maior beatitude:

— A pratica do justo ainda com sacrificio do bem estar, o cumprimento dos deveres que se resumem todos no amor de Deos, não será a virtude ?

— Não de certo, P. Molina.

— Pois decida entre estas qual seja a virtude demais preço. A virtude de Susana, esposa de Joakim, que resistiu aos juizes de Babilônia somente para não peccar diante do Senhor, in conspectu domini: e a virtude de Judith, que Deos abençoou na sua força para vencer os inimigos de Israel? (ALENCAR, 1865b, pp. 26- 27)

A mulher é o meio para que os homens consigam fazer negocios e política, como acontece quando analisamos a forma que o judeu Samuel utiliza sua filha Raquel para seduzir d. José de Aguilar e conseguir assim retirar da prisão holandeses que seriam julgados pela Metrópole.

As mulheres nesses fragmentos apresentados fazem o papel de complementar ao homem, como um objeto sexual importante para a submissão de masculina, como aponta Wollstonecraft as mulheres são mais do que somente um objeto de decoração ou sexual

Mas, se dispensarmos essas teorias ilusórias e considerarmos a mulher como um todo, da maneira como deve ser, e não como parte do homem, e pergunta seria se ela possui razão ou não, em caso afirmativo, o que por ora admitirei, ela não foi criada meramente para ser o consolo do homem, e o caráter sexual não deveria destruir o caráter humano (WOLLSTONECRAFT, 2017, p. 78)

Entretanto, na visão do autor, as moças brasileiras estavam bem condicionadas a posição de objeto das conquistas e dos feitos galantes masculina

As damas agitavam os lenços, e sentiam lá no fundo do coração uma voz doce a dizer-lhes baixinho que cilas amariam qualquer um daquelles dous moços, ou mesmo ambos, si fosse possível, sómente por prêmio e honra de tão bella acção. As mulheres naquelle tempo tinham dessas nobres inspirações; não sabiam tanto calcular com os sentimentos ; conheciam a santidade de sua missão neste mundo, e não havia gloria ou virtude que ellas não dourassem com um raio de amor. (ALENCAR, 1865a, p. 156)

Na fala do narrador, podemos ver que as mulheres sabiam seu papel enquanto prêmio para as honrarias masculinas, um objeto decorativo que tem a utilidade de dar prazer. Além disso, há uma crítica do autor sobre a institucionalidade do casamento tal como se apresentava. Podemos ver posteriormente, em suas obras urbanas, uma crítica mais aprofundada sobre isso, pois os moldes do casamento estavam baseados na visão masculina, como a obtenção de um troféu social, e para as mulheres como um símbolo de manutenção ou ascensão social. Para Wollstonecraft, escrevendo meio século antes de Alencar, essa utilização do casamento enquanto parte de um lógica econômica se faz na forma de uma prostituição legalizada (2017, p. 86).

Nesse último fragmento analisado podemos também ver que além de um *status* social, as mulheres ambicionavam que os escolhidos para cuidá-las fossem homens honrados e com prestígio público como é o caso de Estacio e seu amigo Cristovão.

Ademais, as mulheres para Alencar são a-históricas, seres que não se modificam com o tempo:

A mulher é sempre mulher; mudam os uzos, as modas, os costumes e as línguas ; mudam os tempos e com elles nós os homens; porém o anjo frágil e delicado que Deus prendeu á terra é a phenix moral, que renovando-se em todos os séculos e em todas as éras, remoça a humanidade, e a purifica. (ALENCAR, 1865a, pp. 29–30)

Essa noção de uma eterna infância, para que haja uma eterna tutela aparece não só no caso feminino. Como apresentado por Manuela Carneiro da Cunha, a concepção colonizadora

trabalha nessa mesma lógica, colocando os indígenas enquanto estanques no tempo, e para que saíssem dessa infância, necessitavam da mão do homem branco:

Na segunda metade do século XIX, essa época de triunfo do evolucionismo prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram portanto algo como fósseis vivos que testemunhavam do passado das sociedades ocidentais. Foi quando as sociedades sem Estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades "primitivas", condenadas a uma eterna infância. (CUNHA, 1992, p. 11)

Voltando ao caso feminino, para que fosse feita a manutenção dessa estrutura, o papel educacional precisa ser referenciado, por as mulheres deveriam ser educadas para seguir os preceitos afirmados pelo desejo masculino (WOLLSTONECRAFT, 2017, pp. 82–83), justificando assim a função do homem branco na sociedade brasileira, sendo o sujeito que deveria tutelar suas mulheres e trazer a “civilidade” às raças consideradas inferiores.

4 Considerações finais

Chego nessa parte do trabalho acreditando ter abordado de forma ampla uma discussão que é deveras complexa. A formação do Brasil foi escrita por mãos brancas, que além de legitimar sua superioridade entre os que são considerados diferentes, também buscaram silenciar outras vozes e questionamentos. As fontes utilizadas para esse trabalho demonstram um necessário processo racializador para se compreender a nascente sociedade brasileira.

A utilização do autor José de Alencar para esse trabalho se deu pela sua importância no cânone, mas também como um dos autores mais sucedidos em acender a chama do nacionalismo (TURIN, 2009, p. 16) nos seus romances oitocentistas. Conjuntamente com a noção nacionalista, não podemos esquecer das estruturas racistas e patriarcais, que além de serem estruturais são estruturantes da sociedade para manter os privilégios políticos em determinados atores sociais em sua maioria: homem, branco, cisgênero, heterossexual.

Como afirma Michel-Rolph Trouillot, “enquanto a discussão envolver europeus falando sobre índios mortos, o debate é meramente acadêmico” (2016, p. 30), ou seja, enquanto o debate envolver os mesmo atores sociais, localizados na mesma posição dessa estrutura tão desigual, a narrativa sobre os povos silenciados será a mesma, uma mera curiosidade aos que estudam, para uma catalogação em que classifique os povos extintos enquanto inferiores àqueles que falam. As fontes, base chave para o historiador, não se modificam, quem deve ser modificado são os atores sociais que as perguntam, fazendo o debate mais plural a partir de outras visões sociais.

A partir da discussão feita aqui, analisando as fontes a partir de sua noção racial, partindo de um incômodo presente com o que devemos nomear de branquitude, compreendendo como fundamental entendê-lo para desestabilizar a estrutura racial que se apresenta no Brasil e no mundo. O racismo é um problema do sujeito branco muito mais do que dos indivíduos racializados. Para que haja uma mudança estrutural precisamos

compreender as narrativas que permeiam nosso imaginário. Que noções são apresentadas pelas elites brasileiras sobre o futuro nacional? Por que a insistência em falar que somos todos brasileiros, deixando de lado toda a herança e cultura consideradas inferiores pelos governantes?

Podemos compreender como uma noção alencariana a negação do futuro nacional às especificidades brasileiras, para aqueles que não são brancos o suficiente, elegem o passado como o lugar desses sujeitos, enquanto o presente se faz de pessoas mestiças, que estão em um processo embranquecedor da sociedade, para vislumbrar um futuro branco brasileiro.

Sendo assim, a mestiçagem brasileira aparece de duas formas na narrativa dos dois romances, em *O guarani*, com Pery e Isabel, e em *As minas de prata*, com Estácio e Joanhina, com as duas mulheres representando tanto luxúria quanto infertilidade (TIERI, 2020, p. 82). A mestiçagem é fruto da degradação do branco e pode ser um risco para as mulheres brancas. A infertilidade segundo Tieri se dá por não ser possível, para as mestiças, conceber filhos da *sua espécie* (TIERI, 2020; MUNANGA, 2019).

Enquanto isso, o personagem Estácio aparece como uma síntese da raça por ter as qualidades de cada de forma mais acentuada — a destreza nas terras brasileiras e sua adaptação ao ambiente local e suas atribuições enquanto um cavaleiro europeu — mas ao mesmo tempo, como discutido por Barbato, há uma necessidade de passar pela fase da miscigenação para o embranquecimento da sociedade brasileira (2016, p. 202). Fica então relegada à mulher mestiça a infertilidade e a degradação, enquanto que para o homem mestiço são acentuadas as qualidades e exaltados seus feitos para a história nacional, enquanto a celebração da presença de Estácio está pelo seu futuro desaparecimento da nação, pois com seu casamento com Inesita, há um maior embranquecimento da família Correa Dias.

Concluindo, Alencar faz do seu projeto uma exaltação do branco brasileiro, que se formará a partir de um um processo civilizador e embranquecedor para que o passado nacional seja o lugar em que se encontram os não-brancos, que sucumbiram para o bem

maior, a criação do brasileiro e sua civilização nos trópicos para adaptar a população europeia ao clima e a paisagem brasileira.

Referências

Fontes utilizadas

ALENCAR, J., de. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios, por Ig.** Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional Do diário, 1856.

ALENCAR, J., de. **O Guarany: Romance brasileiro.** Rio de Janeiro: Empreza Nacional Do Diario., 1857.

_____. **As minas de prata.** Rio de Janeiro: B. I. Garnier, Editor, 1865a. v. 1

_____. **As minas de prata.** Rio de Janeiro: B. I. Garnier, Editor, 1865b. v. 2

_____. **As minas de prata.** Rio de Janeiro: B. I. Garnier, Editor, 1866a. v. 5

_____. **As minas de prata.** Rio de Janeiro: B. I. Garnier, Editor, 1866b. v. 6

_____. **Como e porque sou romancista.** Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

Bibliografia

ABREU, DE, Mirhiane Mendes. **Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar.** Tese (doutorado)—[s.l.] Universidade Estadual de Campinas - Repositorio Institucional, 2002.

ADICHIE, C. **The danger of a single story YouTube**, 7 out. 2009. Disponível em: <<https://youtu.be/D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBATO, L. F. T. Raça e mestiçagem nas revistas do IHGB: os temores e as esperanças. *Intellèctus*, v. 15, n. 2, 19 dez. 2016.

- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BEZERRA, V. C. A repercussão da obra de José de Alencar na imprensa periódica do século XIX: um percurso da consagração do escritor. Revista do Seta. **Anais...** In: XVI SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO. 2 dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/1297>>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- BOURDIEU, P. O Mercado de Bens Simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CANDIDO, A. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes**. São Paulo: Humanitas, 1999.
- _____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000. v. 2
- CERTEAU, M., de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. [s.l.] Difel - Difusão Editorial, 2002. p. 244.
- CUNHA, M. C., da. Introdução a uma História Indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9–24.
- DUARTE, E. DE A. Mulheres Marcadas: Literatura, gênero, etnicidade. In: **Falas do outro: literatura, gênero, etnicidade**. Belo Horizonte: Nandyaka, 2010. p. 24–37.
- FERREIRA, L.; LACERDA, V. **Resistência Indígena: Entenda porque o termo “índio” é considerado pejorativo**. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/resistencia-indigena-entenda-porque-o-termo-indio-e-considerado-pejorativo>>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- FIGUEIREDO, D. L. S. O Argumento indianista e o esforço unificador de José de Alencar em O Guarani. **Litterata**, v. 8, n. 1, jan. 2018.
- FLAUBERT, G. **Madame Bovary**. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.
- FREITAS, R. D. S. **Páginas do Novo Mundo: Um estudo comparativo entre ficção de José**

de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos estados nacionais brasileiro e norte-americano no século XIX. Dissertação em História—[s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. **Aedos - Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, v. 2, n. 5, p. 8–25, jul. 2009.

GALLAGHER, C. Ficção. In: **O romance: A cultura do romance**. [s.l.] Cosac & Naify, 2009. p. 629–658.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, v. 20, n. 20, p. 265, 30 mar. 2011.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, p. 5–27, 1988.

GUTIÉRREZ, A. A. M. R. M., de. O Guarani e a construção do mito do herói. **Revista de Letras**, v. 1, n. 29, p. 7–11, jan. 2009.

HARTOG, F. A Fábrica da História: do “acontecimento” à escrita da história - as primeiras escolhas gregas. **História em Revista**, v. 6, p. 7–19, 2000.

HONORATO, S. Cânone Romântico Brasileiro: exclusão das lutas indígenas e suas implicações para o presente. **Revista Memória em Rede**, v. 13, n. 24, p. 84–99, 15 jan. 2021.

LABORNE, A. A. DE P. Branquitude e colonialidade do saber. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 148–161, jun. 2014.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. A profissionalização do escritor no Brasil do Século XIX. **Fragmentum**, n. 45, p. 65–92, abr. 2015.

LEMES, A. R. P. Casamento e miscigenação: estratégias de construção da nação em José de Alencar. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 174, nov. 2015.

LUKÁCS, G. **O romance histórico**. [s.l.] Boitempo, 2011. p. 438

MARCO, V., de. As minas de prata: o rosto brasileiro. **Língua e Literatura**, p. 125–142,

1985.

MARTIUS, K. F. V. Como se escreve a história do Brasil. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 24, p. 381–403, jan. 1845.

MÜLLER, A. C. P. Imprensa e Leitura de Romances no Brasil Oitocentista. **Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 1, n. 1, p. 26–35, 8 maio 2014.

_____. A leitura feminina sob tutela na imprensa oitocentista. **Recorte (UninCor)**, v. 12, n. 1, p. 1–15, jan. 2015.

MUNANGA, K. **Rediscutindo A mestiçagem No Brasil - Nova Edição: IDENTIDADE NACIONAL VERSUS IDENTIDADE NEGRA**. [s.l.] Autêntica, 2019.

NETO, L. **O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava d. Pedro II e acabou inventando o Brasil**. São Paulo: Globo Livros, 2006.

NOBRE, C. **As Duas Cores de Machado de assis**. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/duas-cores-de-machado-de-assis/>>.

OLIVEIRA, S. V., de. **As minas de prata: uma leitura do romance de José de Alencar a partir das personagens femininas, com ênfase em Joaquina, mestiça, e Raquel, judia**.

Mestrado em letras—[s.l.] Universidade de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, T. **Negros esquecidos: a herança maldita na literatura brasileira**. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/negros-esquecidos-a-heranca-maldita-na-literatura-brasileira/>>.

Acesso em: 19 jan. 2022.

PEREIRA, E. S. R. Um fabulador da nacionalidade José de Alencar. **Sitientibus**, v. 14, p. 95–122, 1996.

PIMENTA, J. P. G. O “mito das origens”. Território Colonial e Território nacional: o problema e o prata como espaço privilegiado de análise. In: **Estado e Nação no fim dos impérios no prata (1808-1828)**. [s.l.] Hucitec, 2006.

PORTO, D. A partir de marcos históricos, linha do tempo ilustra conquistas do movimento

quilombola. **Terra de Direitos**, 20 dez. 2017.

PRUDENTE, E. **A escravização e racismo no Brasil, mazelas que ainda perduram.**

Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/artigos/a-escravizacao-e-racismo-no-brasil-mazelas-que-ainda-perduram/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

RASPANTI, M. P. **A primeira mulher negra a escrever um romance no Brasil.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/primeira-mulher-negra-escrever-um-romance-no-brasil/>>.

Acesso em: 2 fev. 2022.

RIBEIRO, D. **O Que É Lugar De Fala?** [s.l.] Letramento: Justificando, 2017. p. 96

SANTOS, G. J. L. Cartas sobre a confederação dos Tamoios: José de Alencar e a caracterização da literatura nacional. **Revista ao pé da letra**, v. 13, n. 1, p. 79–92, 2011.

SETO, G. **Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares.**

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SILVA, P. E., da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In:

Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. [s.l.] Appris, 2017. p. 19–32.

SIMÕES, D. Liberdade e civilização no pensamento político de José de Alencar.

Perspectivas, v. 40, p. 177–199, jul. 2011.

SOMMER, D. **Ficções de fundação: os romances nacionais da América latina.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SOUZA, S. C. M., de. Ao correr da pena: uma leitura dos folhetins de José de Alencar. In: **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TIERI, L. B. O Declínio de Cam. **Epígrafe**, v. 8, n. 8, p. 65–85, 8 mar. 2020.

TROUILLOT, M.-R. O poder na estória. In: **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Huya, 2016. p. 19–62.

TURIN, R. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 2, n. 2, p. 12–28, 29 maio 2009.

WOLLSTONECRAFT, M. Observações sobre o estado de degradação a que, por diversas, se encontra reduzida a mulher. In: **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

WOOD, J. **Como funciona a ficção**. [s.l.] Cosac & Naify, 2012.

ZIN, R. B. O direito à literatura afro-brasileira. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, n. 32, p. 23–37, 26 fev. 2021.